

Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)

I. A REPÚBLICA E O PAÍS

Pouco depois do 5 de Outubro António José de Almeida perguntou, melodramaticamente, se 300 000 republicanos chegavam para manter em respeito 5 milhões de portugueses. A pergunta era boa, sobretudo porque, na melhor das hipóteses, os republicanos não passavam de 100 000. Em 1910 o PRP não tinha qualquer organização na maioria dos concelhos do país e onde a tinha no papel quase sempre não a tinha na realidade: comissões e agremiações com nomes heróicos, que na prática se reduziam à mesma meia dúzia de amigos, associados sob diversos nomes e pretextos.

Não havia acidente nesta situação. O republicanismo era um movimento urbano, insusceptível de penetrar no mundo rural. Os grandes proprietários, os camponeses grandes e pequenos, os rendeiros e até, excepto no Alentejo, os trabalhadores não queriam, nem podiam, ser igualitários e laicos. A sua veneração pela hierarquia social e a sua obediência à Igreja Católica serviam interesses e necessidades materiais. A redistribuição do imposto, insistentemente prometida pelo PRP, não bastava para ganhar o apoio da classe média da província, se fosse feita em nome da impiedade e da democracia. Quanto aos «pobres», que não pagavam, ou quase não pagavam, impostos directos, não se moveriam por menos do que a supressão da renda fundiária e, em certas áreas, a distribuição da terra, excessos que, evidentemente, estavam fora dos propósitos da República.

A este considerável embaraço juntava-se um outro. A alta classe média e a burguesia, monárquicas e católicas de raiz e convicção (em parte, graças aos evitáveis excessos da «propaganda»), dominavam o funcionalismo e as mais poderosas instituições do Estado: o exército, os tribunais, a diplomacia e os municípios. Ora, se no PRP existiam umas dezenas de indivíduos capazes de ocupar cargos de direcção e uns milhares ávidos de empregos menores, não havia gente de qualidade na quantidade necessária para tomar conta das coisas. De resto, em alguns sítios seria perigoso mexer. Promoções políticas em massa (supondo-as possíveis) irritariam o exército e talvez

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

o provocassem à violência. Os tribunais gozavam de imunidades em que a doutrina e o realismo não permitiam tocar. Os ardentes merceeiros da *Carbonária*, como os mestres de retórica do jornalismo jacobino, não estavam, infelizmente, à altura de substituir o pessoal diplomático. Mesmo no resto da administração, que o privilégio e o espírito de corpo não defendiam, certas funções exigiam conhecimentos técnicos (para não falar em experiência), pouco naturais em fabricantes de bombas e oradores de comício.

O que era grave no Estado central era catastrófico nos municípios. A 20 km de Lisboa e a 10 km do Porto os republicanos rareavam. A 50 km só se encontravam por acaso. Além disso, em regra, o poder local, embora variasse nas suas encarnações sensíveis, apenas reflectia a vontade dos «influentes» (proprietários, grandes comerciantes, clero diocesano), que no seu terreno mandavam mais do que os transitórios ocupantes dos ministérios, muito especialmente se eles fossem republicanos.

Que fazer, portanto? Duas opiniões logo se estabeleceram no PRP e no governo provisório, que não mudariam em substância até 1917. De um lado, achava-se que a melhor maneira de consolidar a República consistia em converter o país conservador, o que implicava fatalmente dar pleno direito de cidade aos antigos monárquicos e não agredir de imediato, ou com excessiva rudeza, a sua bolsa e a sua vida. Do outro, dizia-se, com notável bom senso, que no momento em que a República desse aos antigos monárquicos direitos iguais aos dos republicanos de *antes do 5 de Outubro* a República acabaria ou eles acabariam por se apropriar dela. Em suma, os moderados argumentavam que a República não podia sobreviver como República *Democrática* (aliás, o seu futuro nome oficial) se ficasse reduzida ao partido da *propaganda* e os radicais respondiam que ela não podia sobreviver se não ficasse. A Monarquia, para se salvar, pusera os republicanos à margem da vida política. Agora, também os republicanos, para salvar a República, que o grosso do PRP queria e pela qual se batera, tinham de fazer o mesmo aos monárquicos, isto é, à esmagadora maioria do país. A República seria a revolução permanente ou coisa nenhuma.

A permanência da revolução significava, primeiro que tudo, a permanência do terror e as circunstâncias exigiram o terror desde o princípio. Logo nas semanas seguintes ao 5 de Outubro foi evidente que a repressão legal não bastava para manter em respeito os inumeráveis inimigos da República. Tanto mais que nem a polícia, nem o exército, nem os tribunais, ou, por outras palavras, os instrumentos dessa indispensável repressão, mereciam a menor confiança. Recolhidos a um silêncio prudente, mas não resignado, os oficiais, os juizes, os diplomatas, todos os altos funcionários, aturavam de má graça os arrivistas republicanos. Como contar com eles para «combater a reacção» se eles eram a cabeça e a essência da «reacção»?

O exército, ou seja, o corpo de oficiais, liquidaria a República no instante em que a disciplina, que o 5 de Outubro varrera dos quartéis, fosse restaurada e os sargentos e subalternos jacobinos, que dedicadamente vigiavam e perseguiram os seus superiores, deixassem de ser as verdadeiras autorida-

des militares. Para escândalo do «bom povo republicano» e virtuosa fúria dos «caudilhos», os tribunais, ordinários ou não, civis ou não, subordinados ou não a legislação especial, exibiram imediatamente a maior das complacências com todos os presumíveis contra-revolucionários e conspiradores, que as autoridades terroristas traziam, ou eram obrigadas a trazer, à justiça do Estado. Os diplomatas juntavam o insulto à injúria. Quando Bernardino Machado tomou posse, no governo provisório, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros resmungou audivelmente, a benefício das personalidades presentes: *Pourvu que ça dure!*

Os republicanos sofriam ainda de outra decisiva desvantagem. Durante a chamada *propaganda* tinham exigido e, pior do que isso, prometido «liberdade» e mais «liberdade». Um dos nefandos crimes da Monarquia estava precisamente em que ela não «dava» bastante «liberdade»; a República daria «liberdade» bastante. Não podia, assim, começar a sua patriótica carreira por suprimir ou restringir as liberdades que já existiam. É necessário reconhecer que se esforçou. Mesmo *de direito* as liberdades individuais foram drasticamente reduzidas (sobretudo em matéria religiosa e política). Mas, por uma questão de lógica, decência e necessidade, existiam limites inultrapassáveis. Era difícil, por exemplo, estabelecer uma censura prévia que *não* abrangesse a imprensa republicana moderada ou abolir na letra da lei a liberdade de associação. Acontece que era igualmente suicida consentir que a imprensa monárquica (agora «neutra» e, muitas vezes, mesmo «republicana») continuasse a vociferar por Lisboa e pelas províncias, que os monárquicos se organizassem (como tal ou em comissões «filiadas» no PRP) ou que os católicos, a pretexto de defender a fé, se constituíssem num autêntico partido político. A solução encontrada para este dilema distinguiu-se pela sua suma simplicidade: o que não se pudesse suprimir *de direito* suprimia-se *de facto*. Tinha legalmente de se tolerar um intolerável jornal monárquico ou «reaccionário»? O «povo indignado» encarregava-se de corrigir a anomalia, assaltando o jornal e «empastelando» os tipos? Tinham legalmente de se tolerar instituições pérfidas como os centros católicos? As puras massas republicanas tomavam sobre si a responsabilidade de restaurar a ordem, invadindo os centros, sovando os sócios e queimando a mobília. A deportação não era legal? As autoridades preveniam os indivíduos de quem se queriam ver livres de que a sua presença em Portugal irritava as susceptibilidades dos «patriotas». Por falta de provas legalmente válidas, a polícia, a GNR e o exército não apreendiam quantidades satisfatórias de conspiradores, padres subversivos, espíões, anarquistas ou meros «incorrigíveis»? Voluntários abnegados, livres de semelhantes formalidades, deitavam-lhes a mão e metiam-nos na cadeia.

O terror não vinha, evidentemente, do exercício constante da violência. A vida oscilava entre períodos de extrema violência e outros de relativa paz. O terror não vem do uso sistemático da força ou sequer da particular cruza da repressão. Vem sobretudo de não existir uma legalidade, ou sequer um simples conjunto de regras tácitas, mas fixas e compreensíveis, que definam

os direitos e os deveres dos indivíduos e das instituições, e também da ausência de qualquer linha, mesmo ténue e até secreta, que separe os agentes da repressão das pessoas privadas. «Quais são os nossos direitos? Quais são os nossos deveres?», perguntavam a certa altura com angústia os católicos do Porto. Eis a pergunta que não tinha resposta. Direitos e deveres emanavam apenas da «justiça republicana», como era interpretada pelos chefes do radicalismo e percebida por quem quer que se interessasse pela saúde e salvação da República.

O terrorismo republicano foi um terrorismo de massa, politicamente dirigido pela facção do PRP que Afonso Costa comandava. Alguns dos terroristas pertenciam a grupos organizados: ou porque simplesmente faziam parte da administração pública (as juntas de paróquia, por exemplo), ou porque tinham sido instituídos pelas autoridades (os «batalhões de voluntários»), ou ainda porque eles próprios se davam um mínimo de estabilidade e disciplina (as comissões de vigilância, as comissões de defesa da República e outras sociedades beneméritas semelhantes). Nos quartéis existiam várias maçonarias de oficiais, de sargentos, ou de oficiais e sargentos, desde a *Jovem Turquia*, uma verdadeira polícia política, fundada pelos adjuntos do ministro da Guerra do governo provisório, a restos da *Carbonária Portuguesa*. Havia, além disso, terroristas que eram agentes do Estado e usavam a máquina do Estado para os seus fins, como os governadores civis, os administradores de concelho, os cabos de polícia e centenas de funcionários indescritos. No entanto, à volta deste caroço estavam milhares e milhares de indivíduos, cuja única forma de organização era a mercearia, o barbeiro, o café ou a taberna onde se encontravam, a rua onde viviam, a oficina, a loja ou a repartição em que trabalhavam. Eles é que constantemente espiavam os *talassas*, os conspiradores, os «clericais» e os padres; eles é que os insultavam e perseguiam; eles é que eram o «bom povo republicano». Não eram ninguém em particular; eram toda a gente.

Mas, sendo «toda a gente», nenhum grupo — oficial, oficioso ou amador —, nenhum militante, na província ou em Lisboa, tinha a sua política ou os seus objectivos privados. Os chefes radicais, no Parlamento ou através de *O Mundo*, designavam as vítimas *permissíveis* e as alturas em que o «povo» se devia mexer ou ficar quieto. Não significa isto que cada vez que espancava ou prendia um «inimigo da República», cada vez que «empastelava» um jornal ou profanava uma igreja, o «povo» o fizesse por ordens expressas de Afonso Costa, de França Borges ou dos demagogos de S. Bento. Nem mesmo que recebesse instruções pela cadeia hierárquica do PRP. O *modus operandi* e, largamente, a escolha do momento e dos alvos individuais eram deixados ao arbítrio dos executantes. A direcção radical, no entanto, ia decidindo que malfeitores e que delitos se podiam, ou não podiam, em determinada altura «tolerar», e atiçava ou refreava o ardor das massas, de acordo com as suas conveniências tácticas. Por outras palavras, embora o universo dos terroristas fosse imenso e fluido, havia uma forte unidade política no terror. O terror era um instrumento dos radicais, que eles até certo ponto controlavam. Não era (apesar de frequentemente servir de capa a crimes comuns e vinganças pessoais) apenas o resultado da livre ini-

ciativa de centenas de grupos e milhares de indivíduos, orientada conforme as ideias, o gosto, a extravagância ou os ódios de quem calhava.

Os moderados do PRP, muito especialmente António José de Almeida, tentaram várias vezes pôr fim ao terrorismo. Mas sempre sem êxito. Para que o terrorismo acabasse era preciso que o Estado o pudesse substituir como instrumento de repressão ou que os antigos monárquicos aceitassem a República dos antigos republicanos. Sucede que o Estado demonstrou invariavelmente a sua patética fraqueza (quando não caiu nas mãos de «reaccionários» ou de terroristas) e que os monárquicos não aceitaram a República intransigente e facciosa do PRP (embora, em princípio, não se importassem de fazer a deles). Os apelos à ordem e à paz tinham, assim, um inequívoco sabor a traição. Não querer os meios quase não fazia, ou parecia não fazer, diferença de não querer os fins. Para os radicais, estar contra o terrorismo significava, em última análise, estar contra a República. A seus olhos, os moderados pretendiam, no fundo, deixar a República sem defesa, oferecendo impunidade aos seus inimigos e, praticamente, convidando-os a tomá-la ou a derrubá-la. Ao contrário, os moderados acreditavam, ou fingiam acreditar, que a oposição monárquica e conservadora se devia, acima de tudo, ao terrorismo e que cessaria quando este cessasse. Ambas as partes estavam inteiramente certas, e foi essa a causa essencial das suas intermináveis querelas e da crónica instabilidade do regime.

É claro que, em rigor, nenhuma das facções podia ser coerente. Veja-se o caso dos moderados. Desde o princípio que António José de Almeida, ministro do Interior do governo provisório, se tornou o seu inesperado chefe. António José de Almeida, posto perante um país hostil e quase em revolta, escolheu, em vez da repressão, a política que ele chamou de *atração* e que consistia, como o nome indica, em «atrair» os monárquicos ao aprisco das novas instituições. Em concreto, o que ele fez foi limitar as purgas ao funcionalismo central e, principalmente, ao funcionalismo local. No seu estilo patético, tão apreciado pelos contemporâneos, anunciou ao mundo que não usava «serviços de devassas», nem «caixinhas de denúncias». Ninguém contasse com ele para despedir gente «só por causa do seu passado político». Qualquer pessoa podia ser um «bom servidor do Estado»: «os que se tinham batido pela República», «os que não se tinham batido» e até «os que se tinham batido contra ela».

Isto, palavras e compromissos reais, consolava a direita. Mas não possuía a virtude de a desviar dos seus fins ou de subverter a sua natureza. No começo de 1911 o conservadorismo português exigia que se guardasse a bandeira azul e branca da Monarquia (sem a coroa), em vez de a substituir pela bandeira encarnada e verde do PRP; que o hino nacional fosse a *Maria da Fonte* e não *A Portuguesa*; que se garantissem os direitos individuais contra a violência revolucionária; e que se fizessem eleições depressa. Como de costume, a direita pedia o que nunca quisera dar, ou seja, uma oportunidade legal para suprimir os seus inimigos. Se os republicanos cedessem a qualquer das suas reivindicações, especialmente à última, a República seria com

certeza «monárquica». Por outras palavras, seria governada pelas forças que mandavam no país antes do 5 de Outubro, agora unificadas, fortalecidas e livres de aturar um partido revolucionário. Por uma pequena coroa na bandeira e por um hino indecoroso, era um preço ridículo. A moral da história está em que António José de Almeida não desejava resultados tão drásticos da política de *atração*. No essencial, viu-se, por isso, coagido a apoiar os radicais. Como eles, recusou a bandeira azul e branca e a *Maria da Fonte* (que simbolicamente reduzia o republicanismo a um apêndice do progresso monárquico). Pior do que eles, propôs ele próprio, por dever de função, a primeira lei eleitoral da República e conduziu o simulacro de eleições de 1911.

O PRP prometera, contra a corrupção monárquica, círculos uninominais e o sufrágio universal masculino. António José de Almeida manteve os círculos plurinominais e tirou o voto aos analfabetos que não eram chefes de família. Condenava, assim, à inexistência política um considerável número de militantes republicanos e, ainda por cima, precisamente aqueles que, como Sampaio Bruno sem complacência lembrou, tinham a seu tempo servido para lutar e morrer «na rua de Santo António e na Rotunda». Mas não se tratava agora nem de princípios, nem de sentimentos. Os círculos plurinominais permitiam à República, como antes à Monarquia, diminuir o peso das influências locais, suprimir bolsas de oposição e falsificar com mais facilidade recenseamentos e contagens, e a República, como antes a Monarquia, não os dispensou. Desde 1884 que a Monarquia diluía progressivamente o voto urbano no voto rural para se defender dos republicanos. Para se defender do conservadorismo, monárquico ou não, a República, excluindo o grosso dos analfabetos do país político, tornou o voto rural insignificante. A *atração* de António José de Almeida acabou, assim, em efectiva *repulsão*.

Pior ainda: as eleições para a Assembleia Constituinte (que depois num acto de puro arbítrio se transformou ela mesma em assembleia ordinária e se dividiu num senado e num parlamento, que iriam durar até 1913) foram uma fraude mais vasta e descarada do que tudo a que no passado se atrevera a Monarquia. Proibiram-se partidos monárquicos (entendendo-se, na prática, que novos partidos republicanos dirigidos por antigos monárquicos monárquicos eram) e partidos regionais, sob a alegação de que seria «imoral» defender a «defunta crápula». Decretou-se que nos círculos onde concorresse uma lista única os candidatos se deviam considerar automaticamente eleitos (o que sucedeu em dois terços dos casos, graças ao afastamento dos monárquicos, «mascarados» ou «desmascarados», e aos serviços do «bom povo» terrorista, muitas vezes importado de Lisboa). O PRP só teve de competir em meia dúzia de circunscrições com os seus próprios activistas e com o PS, e até aí as autoridades conduziram as coisas com a costumada velhacaria. Houve chantagem, suborno, recenseamentos falsos, voto múltiplo, «chapeladas», sufrágio de ausentes e defuntos, numa palavra, o que se achou necessário para provar à Inglaterra que Portugal amava a República.

A lei eleitoral e as eleições demonstraram à sociedade que a República pertencia apenas aos republicanos da *propaganda*. A Constituinte não passou de um congresso do PRP, reunido em S. Bento, para glória dele e humilhação dos Portugueses. Aos monárquicos restava uma alternativa: ou o silêncio ou a revolta armada. Ironicamente, o chefe dos moderados, cujo objectivo essencial consistia em «nacionalizar» a República, havia sido o responsável pelo seu definitivo isolamento e radicalização. Ironicamente, mas não por acaso. Os moderados queriam *atrair*; e queriam também sobreviver. Não tencionavam ajudar as forças do conservadorismo a destruir a República, pretendiam, o que era muito diferente, representar o conservadorismo na República. Por outras palavras, a *atração* de monárquicos e católicos não lhes servia de nada se os monárquicos e católicos viessem para mandar e não para obedecer. Quem viesse tinha de aceitar a sua direcção política e de aceitar *sine die* um estatuto de inteira impotência. Numa República genuinamente conservadora os moderados não existiriam. O seu valor estava, ou eles desejavam ardentemente que estivesse, em que podiam oferecer ao conservadorismo português um pequeno lugar de vida e acção, subordinado, mas protegido da violência radical. Por isso, os moderados defendiam a República *Democrática* sem nenhum escrúpulo de método e, simultaneamente, estendiam a mão a quem ficava de fora, proclamando a sua tolerância e generosidade. A natureza contraditória desta política explica as suas constantes oscilações até à morte do regime e para lá dela.

Os radicais não sofriam da mesma ambiguidade. Mas tinham também um problema insolúvel: o de conservar a República propriedade privada do partido da *propaganda*. A seguir ao 5 de Outubro, com o atávico oportunismo da miséria portuguesa, milhares e milhares de pessoas descobriram-se de repente irreprimíveis convicções republicanas e correram a inscrever-se no PRP. Em Lisboa e no Porto, funcionários e aspirantes a funcionários ou gente que de qualquer modo dependia do Estado. Na província, o próprio pessoal político monárquico. Em alguns concelhos, a máquina inteira de um ou outro dos partidos do antigo regime (nem sempre dos que se diziam mais «liberais») marchou em boa ordem para a delegação local do PRP e solenemente se declarou convertida à *democracia*. Onde não existiam delegações, ou seja, em quase toda a parte, os antigos influentes monárquicos, regeneradores ou progressistas, *franquistas* ou dissidentes, constituíram comissões rivais e continuaram a guerrear-se sob os nomes improváveis de Centro Radical Republicano ou Centro Democrático Republicano.

Era preciso parar esta maré, que ameaçava varrer os militantes para as trevas exteriores. Passou, assim, a fazer-se uma sistemática distinção entre republicanos anteriores e posteriores ao 5 de Outubro para afastar os «mariolas» e os «hipócritas», que precisavam de severas «penitências» ou, pelo menos, de uma «quarentena». A partir de Janeiro de 1911, raras vezes se disse, ou se escreveu, o substantivo *republicano* sem qualificação adicional. Deixou de haver republicanos *tout court* e apareceram, em compensação, republicanos «de sempre», «históricos», «da velha guarda», «sinceros»,

«honestos» e «leais». Aos antigos monárquicos deu-se o nome irrisório de *adesivos* para sugerir que a sua adesão à nova ordem era, como a do objecto, passageira e precária: apenas destinada a «conservar o que possuíam e a conseguir o que cobiçavam». No entanto, embora susceptíveis de alegrar a alma, estes expedientes arriscavam-se a não ter efeitos práticos. Era preciso estabelecer uma linha divisória de carácter político, de maneira a que a República não fosse sufocada pelos conservadores, e essa linha só podia ser o anti-clericalismo. Por isso, o ministro da Justiça do governo provisório, Afonso Costa, declarou guerra à Igreja com perfeita consciência e deliberação.

Logo em Outubro desenterrou a velha legislação de Pombal e de Joaquim António de Aguiar e serviu-se dela para expulsar as ordens religiosas, cujos bens naturalmente confiscou. Em Novembro estabeleceu o divórcio com grande liberalidade, mesmo para critérios actuais. Em Dezembro publicou uma lei de família que melhorava o estatuto dos filhos ilegítimos e adúlteros e aumentava os direitos pessoais e patrimoniais das mulheres. Entretanto, abolira também os feriados e juramentos religiosos e outras fórmulas em que tradicionalmente se mencionava o abominável nome de Deus.

Por fim, em Abril saiu a Lei de Separação do Estado e das Igrejas, que, com razão, se tornaria o *intangível* símbolo da República. A lei era drástica. Expropriava a Igreja secular, colocando-a numa absoluta dependência financeira do Estado, que se encarregava de subsidiar o culto e de pagar uma «pensão» aos padres. Constituíam em cada paróquia uma «comissão cultural», que, pelo menos, nas cidades seria inevitavelmente composta por militantes jacobinos, e confiava-lhe a gerência dos negócios da Igreja, tanto mundanos como, em última análise, religiosos. Proibia a seguir o culto público, excepto se autorizado pelas autoridades do Estado; proibia que as crianças frequentassem a igreja durante as horas de escola, e proibia qualquer espécie de cerimónias litúrgicas ou reuniões de laicos depois do sol-posto, tendo, evidentemente, em vista que os camponeses e os trabalhadores agrícolas trabalhavam de sol a sol. À injúria seguia-se o insulto. Os padres eram impedidos de usar vestes talares fora dos locais de culto e concediam-se, magnanimemente, pensões aos seus filhos e viúvas.

Como a lei eleitoral, a Lei de Separação punha os conservadores contra a parede. A Igreja reagiu com desesperada dureza. O episcopado chamou ao novo regime uma «atrocidade», uma «tirania» e um «escárnio» e descreveu o que achava dele em quatro palavras: «injustiça, opressão, espólio, desprezo». Dito isto, ordenou ao clero que não se submetesse às mais violentas disposições da lei e naturalmente insistiu que ele rejeitasse as pensões do Estado e não participasse nas «comissões culturais» (aliás uma importação francesa já condenada pelo Vaticano). Os bispos não hesitaram: quem cedesse seria «apóstata».

A Lei de Separação deixou os moderados num impossível aperto. Para não romperem com os militantes «históricos» do PRP antes do congresso do partido, o primeiro em República, que se imaginava, e de facto foi, decisivo, aprovaram a *Intangível* no governo provisório e não se atreveram a

criticá-la na imprensa. Ficaram, assim, ligados ao mais odioso acto da facção jacobina. Pior ainda: a sua cumplicidade animou e justificou os poucos monárquicos que defendiam a insurreição armada. Agora, com a Igreja a seu lado (ou seja, supunham eles, as massas rurais), a vitória era certa. Bastava dar o «grito» e Portugal em peso se levantaria por eles. Couceiro partiu para a Galiza.

A estratégia insurreccional (de resto, quase unanimemente reprovada pelo campo conservador) deixou os moderados republicanos no vazio. Para o militante médio do PRP (insensível à diferença entre os «paivantes» da Galiza e a gente séria, católica e ordeira que o radicalismo de Afonso Costa horrorizava), propor um compromisso, ou sequer concessões, a gente que proclamava o seu desejo de exterminar a República não fazia sentido e cheirava a traição, mesmo admitindo que nem *todos* os putativos interlocutores tentavam eliminar indiscriminadamente *todos* os republicanos. A política de *atração* isolara os moderados e não tardaria a infligir-lhes uma série de irrecuperáveis derrotas.

A Constituição que saiu de S. Bento estabeleceu um regime de assembleia, em que o Congresso (o Parlamento e o Senado electivo) era absoluto e recebia mesmo a faculdade de escolher o Presidente. Ao contrário do rei, e de acordo com o programa e as promessas da *propaganda*, o Presidente não tinha o direito de dissolução. Só o Senado, onde presumivelmente se sentariam os «venerandos vultos» do PRP, gozava de alguma hipotética autonomia. Na realidade, porém, Presidente, Parlamento e Senado dependiam do PRP.

Dependiam do PRP e não, como se poderia pensar, dos partidos políticos. Por duas razões. Em primeiro lugar, porque o PRP foi o único partido português até Outubro de 1911. Em segundo lugar, porque a maior parte dos republicanos se reconheciam nele e por ele se consideravam representados. A prazo, quem dominasse o PRP dominaria o Congresso e, dominando o Congresso, dominava também os órgãos de soberania (embora não necessariamente o Estado) e recebia, a título perpétuo, o poder político formal, ou seja, o governo. Em 1911 a luta política decisiva era, portanto, a luta pela direcção do PRP.

Sucedem que, nesse capítulo, os moderados estavam em visível desvantagem. A *atração*, falhando no essencial, não tinha conseguido convencer os conservadores, mas tinha conseguido ofender e alienar o radicalismo. A Lei de Separação, pelo contrário, tinha respondido às convicções e aos mais profundos instintos dos republicanos da *propaganda* (os outros estavam estatutariamente excluídos do Congresso). Em suma, em dez meses de governo provisório António José de Almeida perdera o partido e Afonso Costa ganhara-o. Isto já era tão claro em Outubro de 1911 que António José de Almeida se absteve de assistir ao Congresso para se poupar a vexames. Brito Camacho, que, como ministro do Fomento, adquirira uma espécie de mandato tácito dos interesses económicos, falou sozinho pela moderação. Não falou muito. Insultado, vaiado e acusado de torpezas várias, saiu a meio dos

trabalhos, enquanto Afonso Costa elegia triunfalmente um directório da sua confiança e se estabelecia como dono e senhor da República.

António José de Almeida e Brito Camacho criaram partidos seus: o Partido Evolucionista e a União Republicana ou Partido Unionista, respectivamente. Mas tanto um como o outro, sobretudo o Partido Unionista, nunca foram mais do que pequenos grupos, pouco militantes e mal organizados. Não era fácil penetrar na província católica e, pelo menos sentimentalmente, monárquica, ou, nas cidades, competir com a velha e prestigiosa máquina do PRP. Além disso, nem os republicanos, nem os conservadores, confiavam nos moderados, porque os suspeitavam dispostos a trair a esquerda com a direita ou a direita com a esquerda. No meio, como de costume, não havia nada.

Conquistado o PRP, faltava aos radicais conquistar o governo. O que levou algum tempo. Escolhida pelo directório de 1910, a Constituinte tinha ainda o número suficiente de moderados e de hesitantes para não permitir que Afonso Costa tomasse desde logo conta de tudo. *Evolucionistas* e *unionistas* juntaram-se num *bloco* de oposição ao PRP, agora também chamado Partido *Democrático*. E os hesitantes, que se diziam *independentes* (à volta de vinte), ficaram árbitros da situação. Ou porque temiam os radicais, ou porque achavam prematura a divisão dos republicanos, ou por ambas as coisas, tentaram restaurar a unidade do movimento pré-revolucionário. Não podiam, assim, começar por oferecer a presidência aos radicais e escolheram o candidato do *bloco*, Manuel de Arriaga.

Em represália, os *democráticos* recusaram-se a entrar no primeiro governo «constitucional», que, presidido por João Chagas, incluiu apenas membros do *bloco* e tomou posse em Agosto de 1911. Passadas poucas semanas, Couceiro entrou em Portugal com um bando de caceteiros e filhos de família, sem qualquer valor militar e, por conseguinte, qualquer possibilidade de sobreviver à resistência, ainda que fraca, do exército de linha. Ostensivamente, o «Paladino», para grande fúria e ofensa de D. Manuel, não vinha a Portugal restaurar a Monarquia: vinha defender a liberdade. Isto é, não se propunha devolver às suas intrigas os desacreditados políticos do antigo regime, por quem nenhuma pessoa sensata moveria um dedo e ele próprio nunca morrera de amores, mas fundar um país «novo». Em vários folhetos sentimentais declarou-se apenas, muito modestamente, o verdadeiro representante da «nação real» que gemia sob o jugo jacobino. Para depois da vitória prometeu um plebiscito sobre a «questão do regime», seguido de eleições livres. De imediato queria simplesmente proteger a religião, restabelecer a disciplina no exército e destruir o «quarto poder do Estado», ou seja, «a bomba e as sociedades secretas».

Este extraordinário programa destinava-se a obter o apoio de todos aqueles que, sem odiarem a República, odiavam Afonso Costa. Couceiro desejava, evidentemente, ser uma espécie de António José de Almeida da «reacção». António José de Almeida abria os braços aos monárquicos moderados e ele aos moderados republicanos. Só que o conservadorismo português não estava

interessado nestes exercícios de equilíbrio político; e, se o estivesse, procuraria mais depressa a sua salvação num golpe de Estado ou num pronunciamento militar *dentro* da República do que nos delírios insurreccionais e plebiscitários de Couceiro. E não hesitou, por conseguinte, em o abandonar. Couceiro esperava que a sua aparição fosse o sinal de uma série de rebeliões no Norte. Houve um patético motim no Porto e meia dúzia de levantamentos no Minho, no Douro e na Beira, que os *democráticos* locais (já infiltrados na conspiração) logo abafaram. Fora isso, o país permaneceu em paz e o «Paladino» voltou, desesperado, para a Galiza.

A pueril incursão de Couceiro não teve, em si própria, qualquer consequência séria. Mas, por um lado, provou que mesmo os monárquicos não se bateriam pela monarquia de 1910 e que não tinham ideia por que monarquia se bater. E, por outro, permitiu aos radicais intensificar o terror. Ao fim de um mês de entusiásticas perseguições à «reacção monárquico-clerical», António José de Almeida acabou a levar pancada na rua e a fugir, como João Franco, pelas traseiras da estação do Rossio para não ser morto pelo «bom povo republicano».

Compreensivelmente pesaroso, António José de Almeida derrubou Chagas, exigindo um governo «a que não falecesse o pulso». Isto era de uma tocante ingenuidade. Excepto o ex-«idolatrado» tribuno, todo o Parlamento percebia que a única maneira de limitar o terrorismo estava em associar ao poder os seus patronos. Em vez do «pulso forte», veio, pois, o médico parteiro da boa sociedade, Augusto de Vasconcellos, que politicamente não existia, com três *democráticos*, três *bloquistas* e dois independentes. Os *democráticos* entravam em condições susceptíveis de embaraçar os *bloquistas* e ficavam com o Ministério da Justiça, muito útil para perseguir a Igreja e, principalmente, para comprometer os moderados aos olhos da nação católica.

Augusto de Vasconcellos aguentou seis meses tumultuosos, em que os *democráticos* conduziram a oposição do próprio governo. Toda a gente sentia que a «batalha final» se aproximava. «Ou o país vence, ou vencem eles», escrevia António José de Almeida, tomando-se incorrigivelmente pelo país. E ameaçava: «Se vencem eles [...]» Para que não vencessem, o *bloco* resolveu exigir eleições municipais. O PRP pedia purgas e mais purgas às câmaras (já administradas por comissões republicanas e quase todas escolhidas pelos moderados). Ansiosos por provar a sua boa fé e «atrair» os monárquicos, António José de Almeida e Brito Camacho pretendiam oferecer-lhes a província. *Oferecer* é a palavra justa. *O Mundo* fizera um inquérito sobre a matéria em litígio. Dos 262 presidentes em funções, responderam 155: 93 disseram *não* a eleições, 55 *sim* e 7 evadiram a questão. Os que disseram *não* foram francos. Uns admitiam abertamente que o povo era *talassa* ou, pelo menos, «adverso à República» e parecia «desejoso» de se «meter debaixo dos caciques» e «galopins». Outros, mais pudicos, declaravam temer a influência do «clero paroquial». Todos os 93 concordavam, porém, que as eleições municipais seriam um «perigo» ou uma «punhalada nas costas», de

que necessariamente resultaria uma «barafunda», uma «monarquia de barrete frígido» ou até o suicídio do regime. Era evidente que a República «Democrática» estava cercada e que a mais leve concessão a poderia submergir sob a maré conservadora.

Discutia-se ainda a oportunidade das eleições municipais quando apropriadamente, a 6 de Julho de 1912, rebentaram revoltas monárquicas no Ribatejo, na Estremadura, no Douro, no Minho e em Trás-os-Montes e Couceiro tornou a passar a fronteira da Galiza. Como antes, o «Paladino» contava com a ajuda de uma sublevação camponesa. Como antes, fora alguns motins dispersos, o «povo» rural ficou sossegado e quieto e o «povo» radical depressa pôs na ordem o que não ficou.

Muitos dos presidentes de câmaras que mais insistentemente tinham pedido eleições tinham também colaborado nos levantamentos, ou, pelo menos, não os tinham combatido. Isto parecia comprometer os moderados. Mas não foi essa a conclusão que eles tiraram do episódio. Com a terminante derrota da estratégia insurreccional de Couceiro, pela primeira vez desde Outubro de 1910, a República prometia durar. António José de Almeida pensou, portanto, que, à falta de melhor, as forças conservadoras se voltariam para ele e que ele poderia finalmente, como sempre tinha desejado, governar a República com os antigos monárquicos.

Restava-lhe apenas remover dois pequenos obstáculos. A segunda incursão provocara, como de costume, milhares de prisões e as cadeias transbordavam. Uma amnistia política total era mais do que nunca indispensável à «pacificação da família portuguesa». O conservadorismo não podia acolher-se à sombra de António José de Almeida enquanto ele fosse o carcereiro da sua gente. Além disso, que por si bastava, havia a Lei de Separação. Como Afonso Costa a seu tempo tinha previsto, ela estabeleceu uma incompatibilidade permanente entre a República e o país. Nenhum católico aceitaria juntar-se aos moderados se eles não conseguissem previamente revogá-la ou revê-la. Daqui resultou que António José de Almeida apareceu a pedir amnistia e tolerância religiosa no exacto momento em que o grosso do movimento republicano, excitado pelas aventuras de Couceiro e glorificado pelos radicais, perseguia entusiasticamente a «reação» nas suas infinitas e surpreendentes encarnações. Ele mesmo precisava, para garantir a sua segurança, de quatro guarda-costas «façanhudos e tétricos», o que de certo modo não contribuía para o tornar muito persuasivo.

Em desespero de causa, e após proclamar que a taça se enchera, resolveu, assim, reclamar eleições gerais, com o belo propósito de pôr termo ao «tumulto da demagogia desvairada». Ignorando serenamente a sua responsabilidade pessoal nas eleições de 1911 (que acusou agora de haverem sido «feitas» pelo PRP e produzido um parlamento «partidário»), apelou para a «província», para os cidadãos «ainda indiferentes, desconfiados ou receosos» e, de maneira geral, para todos os que «tinham a perder», exortando-os a instalar em S. Bento um parlamento «nacional» (ou seja, verdadeiramente representativo), capaz de restabelecer «a paz interna e a ordem

pública». «A Pátria», preveniu, estava «à beira do abismo» e, se os radicais ganhassem, «só espalhariam a morte, a ruína e o ódio».

A iniciativa passava, portanto, ao Presidente, que o *bloco* moderado elegera para estas ocasiões. Arriaga não podia dissolver o Parlamento, mas podia pesar na balança, pronunciando-se contra os *democráticos*. No Natal de 1912, penetrado do espírito da época, sugeriu a Duarte Leite (que, entretanto, substituíra Augusto de Vasconcellos) uma amnistia aos presos políticos e aos padres e bispos desterrados das respectivas paróquias e dioceses. Tal acto de misericórdia, assegurava ele, facilmente arrancaria do «organismo da vida colectiva» os «espinhos» que o «molestavam» e «perturbavam o bem-estar social e a paz das consciências». Duarte Leite hesitou e meteu pela tortuosa via média da amnistia parcial. Os radicais não hesitaram e, declarando as ideias de Arriaga «repelentes», devolveram Duarte Leite aos encantos da vida privada. A situação ficou esclarecida. Os governos híbridos não serviam a ninguém e, sendo impotentes para governar, agravavam o caos já crónico do país. Chegara a altura de escolher: ou os moderados ou os radicais, ou António José de Almeida ou Afonso Costa.

Arriaga começou por chamar António José de Almeida, que não conseguiu arranjar apoio no Congresso ou depois, segundo Machado Santos, convencer o exército a um golpe de Estado. O exército nunca iria a parte alguma atrás do «idolatrado tribuno». E nem os *unionistas* de Brito Camacho, nem os deputados ditos *independentes*, agora quase todos unidos à volta do engenheiro *carbonário* António Maria da Silva, achavam que fosse possível subsistir contra a vontade dos radicais. Restava, por consequência, verificar se os radicais podiam subsistir contra a vontade de toda a gente. Brito Camacho ofereceu a Afonso Costa os votos que lhe faltavam no Senado e António Maria da Silva os que lhe faltavam no Parlamento. António Maria da Silva entrou até para o governo e não tardaria a fazer-se *democrático*. Em 9 de Janeiro de 1913 os jacobinos portugueses tomaram o poder de Estado.

II. ASCENSÃO E QUEDA DOS RADICAIS

1. AFONSO COSTA

Em Novembro de 1912, num discurso que, sob o nome de «discurso de Santarém», estava destinado a ficar célebre, Afonso Costa já dissera claramente ao que vinha. Para lá das piedades do uso (independência nacional, equilíbrio financeiro, fomento, educação), os radicais queriam submeter a Igreja, defender a República contra os «reaccionários» de «dentro» e de «fora» e «sanear a administração», porque não bastava que os empregados públicos fossem «honrados e sabedores», era também essencial que tivessem um «amor já bem comprovado aos princípios republicanos». Por outras palavras, os *democráticos* propunham-se reservar a República ao «povo» jacobino e o Estado aos militantes «históricos» do PRP. A mais nenhum grupo ou interesse se reconhecia qualquer legitimidade política.

Uma consequência óbvia se seguia deste programa: o PRP, ou seja, eles próprios, era o único partido admissível na República: «o único merecedor do nome de partido». Os outros — «improvisados» como «clubes de província» por indivíduos que desconheciam a «ciência da sociedade», só para passar o tempo ou assumir infelizes e perigosas «chefaturas» — não contavam ou deviam contar. De resto, no PRP sempre houvera dissidentes e até traidores e isso nunca o impedira de continuar «a sua marcha». O povo reclamava a reintegração de todos os republicanos no PRP: e todos tinham de «voltar para onde estavam» no 5 de Outubro. Se não voltassem, tanto pior para eles. Com «ansiedade», o país «gritava»: «*Nada de política!*» E certamente não iria tolerar «a testilha de grupos e grupelhos impropriamente chamada política», mas que era mera «politiquice». Política verdadeira, só a «política nacional», que os Portugueses unanimemente exigiam e que apenas o PRP lhes podia dar. Ninguém prevaleceria contra ele.

O «discurso de Santarém», que, por absurdo, se tornou peça obrigatória da hagiografia *democrática* posterior, afirmava, pura e simplesmente, a necessidade e a justiça de uma *ditadura* do PRP. A bem da nação, o Estado tinha de ser entregue aos militantes, *todos* os republicanos tinham de obedecer ao seu directório e quem não concordasse com este arranjo tinha de ser combatido como agente da «reação». Afonso Costa não escondia, aliás, a natureza das suas propostas. Longamente, explicou que, perante a ameaça monárquica, não se deviam tolerar «correntes diversas de ideias e princípios». Por prazo indeterminado, a «dispersão» era um crime.

Cuidadosamente prevenidos os fautores das «dificuldades» e dos «embates» no campo republicano, Afonso Costa ocupou-se dos responsáveis pelas divisões do «povo» revolucionário, ou seja, dos sindicalistas. A 27 de Janeiro de 1913, quinze dias depois de tomar posse, fez na biblioteca da Imprensa Nacional uma também famosa conferência, que completava o «discurso de Santarém», sob o título «Catolicismo e socialismo». O propósito de «aproximar um do outro os dois maiores dominadores do povo» consistia, porém, em condenar o sindicalismo e em estabelecer que no seu próprio interesse os trabalhadores tinham de apoiar o PRP. O catolicismo, «na essência hostil ao proletariado», queria criar condições para o manter numa posição inferior. Chegava mesmo ao «abuso» de pretender «dar a essa nova milícia da Igreja um papel político» no Estado, «fazendo da organização corporativa a base do regime eleitoral, ao menos para uma das câmaras».

Mas, graças à República, o proletariado português estava, *de momento*, «livre dos perigos iminentes do catolicismo» e nada o impedia de escolher em consciência «os seus destinos». Dois destinos se lhe ofereciam: o sindicalismo e o socialismo. O sindicalismo, no entanto, não conduzia a nada. Recusava o auxílio dos intelectuais e dos políticos, condenava o Estado, «respondia com um profundo silêncio à interrogação ansiosa» sobre as formas da sociedade futura e depunha a sua esperança no mito, de «base cristã», da greve geral. Ironicamente, a «greve geral, por pouco que durasse, mataria primeiro os que a fizessem»; e essa era «a mais triste e expressiva prova»

de que a classe operária andava afastada «do estudo dos salutareos exemplos da história» e «dos meios justos de realizar o ideal de aperfeiçoamento» dos homens civilizados.

Em resumo: primitivo, utópico, violento e cristianizante, o sindicalismo não merecia o beneplácito da República e o governo de Afonso Costa, que a encarnava, não consentiria que os sindicalistas continuassem impunemente a usar os seus bárbaros métodos. Quando muito, o PRP autorizava que o proletariado fosse pelo ordeiro caminho do socialismo reformista: que se organizasse, que elegeisse os seus militantes para cargos públicos e «compartilhasse da vida política e administrativa do país». Nos termos definidos pela República, obviamente. Mais tarde, subentenda-se que muito mais tarde, se os socialistas portugueses viessem a adquirir a importância dos socialistas ingleses ou alemães, fariam, segundo as regras, leis para «substituir o patronato».

Isto significava, na prática, que Afonso Costa pretendia subordinar o PS ao PRP, a troco de alguns lugares no Parlamento e nas câmaras municipais. O essencial era que o operariado não tivesse qualquer independência de acção. Os sindicalistas, que «excluía sistemáticamente dos sindicatos» os «intelectuais e os políticos», ou seja, que rejeitavam a direcção da pequena-burguesia radical, seriam reprimidos e, com sorte, os trabalhadores que não preferissem inscrever-se directamente no PRP mudariam para o PS. O PS tinha a sua utilidade, se servisse para disciplinar a parte operária do «povo» e aceitasse sem protesto o papel de apêndice. Mas, mesmo assim, Afonso Costa punha-lhe estreitos limites. A vitória sobre o catolicismo ainda não fora consolidada e a luta contra a Igreja precedia, portanto, todas as outras. Os socialistas contavam desde já «com um universal poderio sem partilha e sem par». Sobre o futuro, claro. A sua enérgica «mocidade» prometia maravilhas. Entretanto, deviam esperar. Se ajudassem os *democráticos* a *esmagar a Infame*, os *democráticos*, reconhecidos, não deixariam de os ajudar a eles, na altura oportuna, a construir o socialismo.

No «discurso de Santarém» e na Imprensa Nacional Afonso Costa anunciou os seus propósitos com meritória franqueza: perseguir os monárquicos e a Igreja, eliminar a oposição moderada, *rachar os sindicalistas* (a expressão não é acidental) e estabelecer a ditadura do PRP, enquanto não terminasse a «obra comum» dos republicanos ou, por outras palavras, enquanto ele quisesse.

Era um desafio ao país, e o país sentiu-se desafiado. Desde o princípio que Afonso Costa foi coagido a recorrer à mais extrema violência estatal e ao extenso uso do terrorismo popular. O governo aplicou «rigorosamente» a Lei de Separação e de tal zelo resultou, como seria de prever, a prisão de dezenas e dezenas de padres, o desterro de meia dúzia de bispos e provocações sem fim ao clero e aos crentes. O próprio cardeal-patriarca, D. António Barroso, acabou apupado por estudantes adversos à «monomania religiosa» durante um doutoramento na Sala dos Capelos. No Verão de 1913 a Igreja vivia num clima de quase clandestinidade.

Abriu também uma nova época de caça aos conspiradores monárquicos. O que, sendo a definição de conspirador por natureza equívoca, permitiu meter na cadeia centenas de pessoas (em Lisboa, no Porto e na província), sob os mais frívolos e absurdos pretextos. Muita gente, que não se sentia segura, emigrou para o estrangeiro ou para as colónias e, porque o terrorismo era de massa, no exílio político estavam aristocratas e merceeiros, médicos e trabalhadores. As campanhas a favor da amnistia política recomeçaram: em Portugal (António José de Almeida, Machado Santos e, sem entusiasmo, Brito Camacho) e em Inglaterra (a duquesa de Bedford). Mas desta vez o poder político não se impressionou. Chamavam-lhes criminosos e ladrões? Julgavam que os faziam «desanimar»? Engano: eles, os *democráticos*, os verdadeiros republicanos, «sentiam-se representantes directos do povo e da sua vontade» e «ai de quem se atrevesse a arremeter contra eles!».

Não vacilariam. E não vacilaram, de facto. Como escrevia *A Terra Livre*, a ditadura tinha uma única regra: «Ou crês ou morres.» A ofensiva de Afonso Costa contra os sindicalistas ultrapassou em extensão e pura brutalidade os piores destemperos dos anos anteriores, para já não falar da Monarquia. Prenderam-se trabalhadores e dirigentes, fecharam-se associações de classe, suspenderam-se jornais, proibiram-se conferências, comícios e simples reuniões. Por seu lado, a *formiga branca*, novo nome dos terroristas, espancava, torturava e avulsamente perseguia os «mariolas» ou suspeitos de «mariolas» que, por acaso ou prudência, escapavam às atenções do Estado. A repressão das greves também foi geral: em Lisboa, no Porto, em Setúbal, em Olhão, no Alentejo, ressuscitou-se a velha mentira de que os grevistas eram conspiradores monárquicos às ordens dos emigrados e dos padres e, com essa absurda alegação, se expediram para o Limoeiro. Ao fim de quatro meses, os sindicatos, que se achavam, com bom motivo, ameaçados de «extermínio», já comparavam Portugal à Rússia czarista e, apesar da sua indiferença política, pediam a «garantia dos direitos de reunião, associação e expressão» e «liberdade para os operários presos por questões sociais» (leia-se «greves»). Nem a «ordem» nem a «tolerância» lhes pareciam «burguesas» na «pequena Bastilha» em que Afonso Costa transformara Portugal.

Reduzidos à defensiva ou postos provisoriamente em fuga os monárquicos, os católicos e os sindicalistas, faltava destruir, se possível em definitivo, a oposição republicana, odiada com fraterna intensidade. A 3 de Julho saiu uma nova lei eleitoral, que estabelecia os fundamentos jurídicos da ditadura *democrática*. António José de Almeida fora obrigado a aceitar como eleitores, além dos analfabetos, os chefes de família. Afonso Costa tirou, pura e simplesmente, o voto aos analfabetos. Em 5 de Outubro de 1910 existiam cerca de 700 000 eleitores; em 1911, 850 000; em 1913, o número baixou para 600 000, pouco mais do que em 1871 (já tinham sido, lembre-se, 950 000 em 1890).

Esta drástica redução do país político deixava de fora, como antes, mais do que antes, o Portugal monárquico e católico, mas também eliminava o potencial eleitorado *unionista* e, sobretudo, *evolucionista*. A maior parte dos

portugueses que sabiam ler e escrever estavam nas cidades e preferiam Afonso Costa a António José de Almeida. As massas rurais não poderiam agora votar contra a República e, assim, o partido *democrático* justificava a sua exclusão. Só que não poderiam igualmente votar pelos moderados, que ficavam reduzidos a uma perpétua insignificância. Afonso Costa não reconhecia direitos a ninguém que não pertencesse à pequena nação radical. Quem fosse contra ela, ou contra ele, alienava a sua qualidade de humano. «Se quiserem fazer eleições com analfabetos», berrava ele aos *evolucionistas*, «façam-nas os senhores, porque eu quero fazê-las com votos conscientes [...] Indivíduos que não conhecem os confins da sua paróquia, que não têm ideias nítidas e exactas de coisa nenhuma, nem de nenhuma pessoa, não devem ir à urna, para não se dizer que foi com carneiros que confirmámos a República.» Esses indivíduos eram quatro milhões e meio de portugueses, mais de quatro quintos do país.

Mas, mesmo privados de qualquer forma de cidadania os «carneiros» susceptíveis de seguirem os «caciques» conservadores ou os moderados do regime, o PRP não honrava o «povo consciente» com a sua inteira confiança. A lei de 3 de Julho, aliás na melhor tradição do *progressismo* histórico, estabelecia uma longa lista de inelegibilidades, destinada a diminuir tanto quanto possível a influência do Estado sobre os eleitores. A lista incluía: os concessionários e contratadores, directos ou indirectos, de obras públicas e operações financeiras do Estado; os magistrados e o pessoal superior do Ministério Público, e uma boa parte dos empregados dos serviços fluviais, de finanças, de saúde e das alfândegas. No entanto, a inelegibilidade (que abrangia os substitutos e interinos) *não* abrangia os funcionários «cuja acção se estendesse a todo o território», ou seja, aqueles que estavam debaixo do olho do governo e que os *democráticos* podiam escolher e vigiar. A República confessava desta maneira que, excepto pelos homens de mão que tinha conseguido instalar no centro, o Estado lhe era maciçamente hostil e que até o minúsculo Portugal letrado não lhe merecia muita confiança. Por fim, a lei eleitoral não autorizava a eleição de padres ou de oficiais nos círculos da área em que exercessem comandos. Com a Igreja e os padres andava o PRP em guerra e parecia-lhe inteiramente justo não poupar os seus inimigos. Quanto aos militares, seria suicida deixar que o inevitável peso do quartel nas vilas e cidades de província se transformasse em poder político. O conservadorismo precisava de um ponto de reunião e não havia nenhum pior do que esse. Eis o que se via à vista desarmada. O que não se via agravava as coisas. A lei impunha tantas e tão complexas formalidades ao recenseamento que ele se tornava difícil sem a assistência de uma organização, ou seja, de um partido. Como só o PRP tinha uma presença efectiva em todo o país, pôde mandar o eleitorado à sua vontade e muita gente (220 000 pessoas em 600 000) não chegou sequer a recensear-se.

Estabelecidas as regras do jogo que garantiam antecipadamente a derrota dos *evolucionistas*, Afonso Costa fez eleições parciais para o Parlamento em Novembro de 1913. De 37 lugares, o Partido Democrático ganhou 35, ape-

sar das veleidades de uma efémera *Liga*, formada por António José de Almeida, Machado Santos e alguns trabalhadores sem grande peso. Quinze dias depois foram as eleições municipais e a seguir, em Dezembro, as paroquiais. Em ambas o PRP, apoiado na lei e no governo, esmagou a oposição.

Parecia, portanto, que a ditadura jacobina estava definitivamente consolidada e nada menos do que uma revolução a poderia remover. Mas não estava. Os seus inimigos tinham ainda duas posições precárias e, na aparência, inócuas: o Presidente da República e a maioria no Senado. De facto, por inflexibilidade e arrogância, Afonso Costa cometera um erro crucial. Desde Janeiro que no Senado vivia dos favores de Camacho. No espírito de Camacho e dos *unionistas*, se não talvez na letra de um acordo prévio, os seus serviços seriam oportunamente pagos em lugares no Parlamento. Porém, quando o momento chegou, Afonso Costa não lhes deu um único deputado. Por um lado, deve ter achado a concessão inútil, uma vez que ia ter a *sua* maioria. Por outro, presumivelmente, pensou que a mera existência dos *unionistas* era um atentado à unidade republicana e um embrião de partido conservador, que o rigor dos princípios e a previdência política mandavam liquidar. Ora Camacho, muito obviamente, decidira aliar-se aos *democráticos* apenas para substituir António José de Almeida como alternativa de direita. Imaginara, e bem, que o PRP se aplicaria sobretudo a destruir os *evolucionistas* e supôs, ingenuamente, que, se lhe desse uma ajuda, demonstrada que fora a sua perfeita complacência, seria protegido e aceite a título de oposição oficial. A recusa de Afonso Costa significava para ele uma dupla perda: não se expandira e comprometera-se com a ditadura *democrática*.

Comprometido também se sentia Arriaga, que a opinião conservadora, pouco versada nos mecanismos constitucionais, julgava solidário com o governo e responsável por todas as violências de Afonso Costa. O país estava, aliás, em sublevação virtual. Em 27 de Abril uma tentativa de levantamento tinha associado, pela primeira vez, monárquicos e republicanos, alguns dos quais autênticos revolucionários do 5 de Outubro e membros do pequeno grupo de Machado Santos. Em Junho e Julho uma série de atentados à bomba tinha morto várias pessoas e ferido dezenas de outras. Em 21 de Outubro tinham explodido, em Lisboa e no Porto, duas patéticas revoltas monárquicas (a de Lisboa chefiada por João de Azevedo Coutinho), cujo principal resultado fora a ruína do grotesco Museu da Revolução, mas que proclamavam o fim da era das incursões e o começo dos motins de caserna.

Como repetidamente sucederia no futuro, o ódio aos *democráticos* juntava as oposições de extremo a extremo: monárquicos e republicanos; católicos e ateus; antigos oficiais *franquistas* e antigos revolucionários da Rotunda; patrões amantes da ordem e trabalhadores adeptos da acção directa. Os radicais viam nisto uma terrível e misteriosa conspiração. Enganavam-se. A comunidade de interesses era espontânea. *O Intransigente* (Machado Santos) e *A República* (António José de Almeida) conduziam a campanha jornalística contra o governo. Depois das eleições parciais, *A Luta*

(Brito Camacho), que se mantivera numa inconfortável neutralidade, veio também dar o concurso da sua proverbial virulência, agora acirrada por desgostos recentes. Quando celebrou a sua vitória, a 17 de Novembro, com uma grande manifestação de agradecimento a si próprio, Afonso Costa já estava perdido.

Tudo se inventou e tudo se alegou para destruir os *democráticos*. A impotência produzia, como sempre, uma raiva tenaz e anulava os escrúpulos da moral corrente. Os ministros e os novos deputados eram objecto diário dos piores insultos, intrigas e calúnias. No mínimo, diziam-nos corruptos, concussionários, ladrões, bêbados, promíscuos e batoteiros. Em pleno Senado, João de Freitas (que, em 1915, tentaria assassinar João Chagas) apontou uma pistola ao irmão de Afonso Costa, e seu apaniguado político, Artur Costa. Nas palavras do etéreo Arriaga, as «paixões» tinham «subido ao rubro». Tratava-se, com efeito, de evitar a consumação da ditadura do PRP. Em 1914 devia haver, por imperativo constitucional, eleições gerais. Se os *democráticos* se conservassem no poder até lá e *fizessem* a sua maioria no Senado, ficariam, como notava Camacho, sublinhando a evidência, senhores absolutos do país *per omnia secula seculorum*, «salvo recurso a processos violentos».

A 3 de Dezembro o mesmo Camacho abriu a crise, derrotando o governo no Senado (que reabrira na véspera), com o primeiro pretexto que lhe apareceu. O governo não caiu porque, desde Novembro, tinha a maioria no Parlamento. Criou-se, porém, uma situação insustentável, com o Senado de um lado e o Parlamento do outro. As oposições não podiam derrubar o governo, mas nenhum governo podia viver indefinidamente com a oposição do Senado. Afonso Costa propôs, por conseguinte, que Senado e Parlamento reunissem em conjunto, isto é, como Congresso da República, sempre que surgisse um conflito. Os *democráticos* estavam em maioria no Congresso. O que lhes convinha não convinha a Camacho, que recusou. Camacho queria a dissolução e novas eleições, organizadas por um ministério imparcial, ou seja, a que os radicais não pertencessem ou que não dominassem. Ele mesmo se presumia imparcial e ameaçava: «ou dissolução ou revolução».

Eram também esses os sentimentos dos *evolucionistas*, cujos militantes se distinguiram no Senado pela sua suma violência. Parecia assim indicado reconstituir o *bloco* de 1911 para oferecer uma sólida alternativa aos *democráticos*. Não foi possível, porque tanto Camacho como António José de Almeida reclamavam a chefia. Camacho, porque tinha o voto decisivo do Senado e supunha que tinha a *élite* burguesa da República. António José de Almeida, porque tinha algum apoio de massa e alguns grupos terroristas ao seu serviço na *luta de rua*. Falou-se ainda ociosamente em Duarte Leite como candidato de compromisso, mas nada, obviamente, se seguiu e, de qualquer maneira, o problema não consistia em unir a oposição, consistia em liquidar o PRP.

Os moderados apelaram para o Presidente, em quem os *democráticos* viam apenas o homem da facção que o elegera. E, por sua vez, os *democráticos*

apelaram para o Parlamento, o que também não passava de um sofisma. Para Afonso Costa, «a República definia-se pelo Parlamento». Precisamente os seus inimigos queixavam-se de que ele *definira* o Parlamento. Em parte alguma havia uma legitimidade indiscutível. À deriva, Arriaga convocou uma reunião dos chefes dos partidos, com o propósito absurdo de estabelecer um acordo qualquer que não lhe exigisse uma iniciativa pública. António José de Almeida respondeu que se não sentaria à mesa com Afonso Costa. Falar com o «tirano» reconhecia-lhe implicitamente direitos; e, secundariamente, embora isso se não dissesse, falar com o «tirano» diante de Camacho punha Camacho na posição de árbitro, que ele desejava. Assim, em absoluto impasse, se entrou em 1914. Os «ódios referviam» e o próprio Afonso Costa, segundo António Maria da Silva, se começava a «perturbar» com as «injúrias», os «vexames» e a «contínua arruaça», perdendo as suas «qualidades de combate». Se as perdesse, não parecia. A 14 de Janeiro apresentou ao Parlamento o projecto de orçamento para 1914-1915, com *superavit*. Depois requereu uma reunião conjunta do Congresso para 26 e os centros do PRP anunciaram logo, para esse mesmo dia, uma grande manifestação de apoio ao governo.

Em desespero de causa, os *democráticos* convocavam o soberano «povo» de Lisboa, esperando que a «reacção» republicana capitulasse perante a ameaça. Pelo contrário, o perigo resolveu, finalmente, Arriaga a agir. A 24, numa carta a Camacho, Afonso Costa e António José de Almeida (a famosa «carta-programa»), recomendou a formação imediata de um ministério extrapartidário, com um programa de *acalmação*, destinado a reconciliar os «homens», que ele, de resto, achava «solicitos», «dedicados» e ansiosos por «bem servir a República e a Pátria». A *acalmação* devia consistir naturalmente num qualquer compromisso com a Igreja Católica, na amnistia dos crimes políticos e em eleições «imparciais». Ou seja, devia consistir em oferecer ao conservadorismo português tudo, ou quase, o que ele pedia, em alçar os moderados ao poder e em pôr o PRP sob a benévola vigilância dos seus inimigos.

Brito Camacho alegrou-se com o projecto presidencial de assegurar a «genuinidade do voto», mas sugeriu que, em vez de um governo extrapartidário (em que, por força, entraria gente afecta aos *democráticos*), se fizesse um governo das oposições, a que certamente o PRP não deixaria de garantir no Parlamento «uma vida desafogada», «em nome dos superiores interesses da nação». Não sendo estúpido, nem ingénuo, Camacho pretendia provocar a dissolução e apropriar-se sozinho das eleições. António José de Almeida classificou isto de «generosa utopia» e aconselhou, em troca, um ministério *evolucionista*. Conforme astuciosamente advertiu, executado pelos *evolucionistas*, o programa de *acalmação* não corria o risco de se tornar suspeito de «transigência excessiva» e muito menos de pura e simples rendição da República às forças monárquicas. Era, como de costume, o mais monárquico dos republicanos e o mais republicano dos monárquicos, na ilusão de que os dois lados acabariam por o escolher.

Afonso Costa não honrou a carta do Presidente com qualquer comentário. Demitiu-se, pela forma, e ficou à espera da manifestação de 26. O «povo» jacobino, no entanto, deixara de ser o incontestado dono da «rua». Machado Santos e os *evolucionistas* começavam a ter a sua massa de manobra, formada por antigos *carbonários* que o PRP afastara, por anarquistas, por sindicalistas e, em grosso, pela já considerável parte do «povo» que, a vários títulos, tinha sido perseguida pelo terrorismo *democrático*. Quando a manifestação partiu para S. Bento, com foguetório festivo, «banda de música», «bandeiras desfaldadas» e «balões à veneziana», foi atacada por milhares de contramanifestantes e dispersa, ao murro, ao tiro e à bomba, em menos de meia hora.

Mas, por desagradável que fosse, este episódio não impediu Afonso Costa de, a 4 de Fevereiro, pôr o Presidente contra a parede. Secamente, fez-lhe saber o seguinte: a «carta-programa» continha «matéria inconstitucional» e devia, por consequência, permanecer «reservada». Quanto ao resto, existia um único caminho constitucional: a nomeação de um ministério que «correspondesse» às indicações do Parlamento (ou seja, *democrático*), «ao qual caberia, exclusivamente, formular o seu programa». E só o Congresso podia depois aprová-lo ou rejeitá-lo. Em essência, os *democráticos* intimavam Arriaga a submeter-se ou a demitir-se. Arriaga respondeu, insinuando que preferia demitir-se a submeter-se. A inesperada firmeza do Presidente foi apoiada, horas mais tarde, por uma manifestação dos moderados, organizada por Machado Santos e alguns *evolucionistas* soltos. Pela primeira vez, a direita se atrevia a desafiar os radicais no seu terreno guardado. Arriscava-se a uma irremediável derrota, mas teve uma surpreendente vitória. Milhares e milhares de pessoas, com archotes na mão, marcharam para Belém e aclamaram Arriaga, que se mostrou, triunfante e desvanecido, à varanda do palácio.

O PRP recebeu, assim, um aviso formal de que o «povo» não estava solidariamente atrás de si. Um outro «povo» nascera, que não era seu. Um «povo» que atacava as suas manifestações, espancava a *formiga branca* no Rossio, apedrejava *O Mundo* e ia agradecer os serviços de Camacho à redacção de *A Luta*. Um «povo» antijacobino, amigo de Arriaga e da «reação». Alguma coisa mudara. Augusto de Vasconcellos notava que «aqueles tipos», os *democráticos*, «desde que sentiam a rua fugir-lhes, já não eram os mesmos». Até João Chagas, em Paris, se espantava: Machado Santos outra vez «popular»! António José de Almeida outra vez «popular»! O horrendo Camacho com «uma aura de popularidade»! Tanto «ilogismo» não anunciava nada de bom.

Bom ou mau, anunciava, pelo menos, que os *democráticos* seriam forçados a negociar, se não quisessem correr o risco de provocar o caos. Os *unionistas* e os *evolucionistas* tinham abandonado o Parlamento e o Senado. Um resto de *independentes* fora com eles. Se Arriaga se demitisse, o PRP ficaria sem sequer uma aparência de legitimidade. Sentado no Congresso, unânime e sozinho, a verdade nua e crua da sua «tirania» tornava-se evidente. Nestas circunstâncias era inútil invocar a Constituição contra Arriaga e frí-

volo insultar os manifestantes de Belém. O PRP só tinha uma escolha: fazer francamente a ditadura ou aceitar um compromisso. Mas, por definição, a ditadura não podia ser franca: tinha de ser *democrática*. E Afonso Costa resignou-se temporariamente ao compromisso.

O Messias por quem agora ambos os lados esperavam, e desesperavam, surgiu na forma ambígua do «velhote», isto é, de Bernardino Machado. Junqueiro achava-o de «borracha»: «se lhe passasse por cima um cilindro de estrada, ele levantava-se logo todo lépido a tirar o chapéu». Resistia a tudo e adaptava-se a tudo. Melhor ainda, «prometia tudo e faltava a tudo». A providência trouxera-o do Rio de Janeiro num pacote inglês e ancorara-o a meio do Tejo, a bem da saúde e da fraternidade da República.

Afonso Costa e um delegado de Arriaga conferenciaram com Bernardino, ainda a bordo, como se fosse para dar ênfase ao estatuto de neutro de que ele gozava nas querelas vigentes. Por parte dos moderados negociou Camacho, atrás da cortina, «trazendo» António José de Almeida «de rastos» e «sempre na iminência da grossa asneira», enquanto, por outro lado, tentava impedir uma aventura revolucionária de Machado Santos, susceptível de salvar o PRP *in extremis*. Em resultado destas contorsões, Bernardino conseguiu estabelecer uma trégua precária e formar governo.

2. BERNARDINO MACHADO

O governo de Bernardino tinha três *democráticos*, dois neutros, um monárquico recém-convertido e um comparsa de Camacho. O PRP ficava com a Justiça, para manter o clericalismo em respeito, e o próprio Bernardino com o Interior, para presidir eventualmente a eleições «imparciais». A transacção não agradou nem aos *evolucionistas* e aos *unionistas*, que se imaginavam já com um pé no poder, nem aos *democráticos*, coagidos a uma retirada táctica que não entrava nos seus planos. Para agravar as coisas, Bernardino, que cedera aos *democráticos* no ponto vital da «questão religiosa», insistiu em ceder aos moderados em matéria de amnistia política.

A 19 de Fevereiro, rilhando os dentes, o PRP teve, assim, de votar cristamente o perdão dos seus inimigos: 572 presos e 1700 emigrados, ou seja, mais de 2000 «odientos» indivíduos, prontos a «lançar-se» de novo sobre a República. Mas mesmo isto não resolveu nada. Só os *democráticos* aprovaram a parte do decreto que mantinha no desterro onze chefes monárquicos (entre os quais Couceiro) e, apesar de alguns protestos no Senado, a amnistia abrangeu também os terroristas do PRP, culpados de crimes de direito comum. Ou seja, em vez de pôr uma pedra sobre o passado, como queriam os moderados, a República continuou a distinguir a violência republicana da violência monárquica. Camacho e António José de Almeida trocavam os princípios por uma concessão facilmente reversível e os *democráticos* ganhavam, parecendo perder. No meio, Bernardino aspirava a enganar uns e outros.

Bernardino pretendia ser o Rodrigo da República. Chagas, que o abominava, dizia-o «desorganizador» e «dissolvente», sem nunca perceber, no seu cego rigor jacobino, que o *velhote* queria precisamente «desorganizar» as facções e «dissolver» os antagonismos, como o grande *pasteleiro* do passado e como Fontes, de quem no começo da carreira fora protegido e discípulo. O Portugal de 1914 não era, porém, o Portugal de 1851, ou de 1871, e cedo se tornou claro que não havia *acalmção* possível. A calma que ele inaugurara não durou muito. Ambas as casas do Congresso deviam fechar em 30 de Junho. Teoricamente, seguir-se-iam eleições em 1 de Novembro. Em Abril, porque os últimos três meses de Parlamento eram cruciais, já se estava em plena guerra eleitoral. Os moderados esforçavam-se por desalojar os *democráticos* do governo e, sobretudo, por reduzir a influência do PRP na administração local. Os *democráticos* tentavam obrigar Bernardino a *fazer* por eles a sua maioria, com o que ganhariam, simultaneamente, o poder e alguma respeitabilidade. Com terrível doçura, Bernardino ia procurando equilibrar as coisas (o que implicava favorecer discretamente os moderados) e construir, para si mesmo, uma clientela ecuménica que o promovesse a árbitro do regime.

Este clássico jogo, assaz admirado nos áureos tempos da *Janeirinha* e do duque d'Ávila, era agora um patético exercício. Deputados e senadores persistiam em esmurrar-se nas câmaras e, para o que desse e viesse, muitos deles tinham passado a comparecer armados às perigosas sessões da representação nacional. Sem dúvida que a amnistia trouxera um certo alívio à irrespirável ditadura de 1913. Na paz de Bernardino, vendiam-se tranquilamente pelas ruas jornais monárquicos, os emigrados voltavam a frequentar os cafés, os padres viviam em relativo sossego e a oposição moderada baixara um pouco o tom dos seus ataques à *demagogia*. Mas, no essencial, nada mudara.

Em Maio, na Figueira da Foz, o congresso do PRP proclamou ao país que os *democráticos* continuavam firmes nas suas ideias de sempre. Entre aplausos «intermináveis» e «frenéticos», Afonso Costa reiterou que só o PRP tinha o direito de existir: os «grupelhos» moderados deviam ser destruídos, as «instituições» reconquistadas e a «reação» combatida. O congresso foi como se desejava que fosse, e António Maria da Silva notou com prazer, «uma verdadeira parada de forças», destinada a intimidar a oposição republicana e o país conservador. Transitoriamente batido, o PRP «ressurgia» das cinzas na sua *persona* histórica da *propaganda*. Estava de novo a caminho do poder.

Encontrou, porém, uma desesperada resistência. A 8 de Junho, sem «a intenção mesquinha de levantar um escândalo» e apenas para salvar «a Pátria» do «atoleiro», o deputado (e antigo monárquico) Camilo Rodrigues acusou António Maria da Silva no Parlamento de actos de corrupção que, constitucionalmente, implicavam a perda do mandato. Acresce que a dita corrupção se consumara num decreto aprovado pelo governo. A cabala era perfeita. Se o Parlamento não absolvesse António Maria da Silva (que, entretanto, aderira ao PRP), presumir-se-ia a cumplicidade dos ministros *demo-*

cráticos. Se o absolvesse, presumir-se-ia a cumplicidade de toda a gente, dos ministros e dos deputados. O Parlamento absolveu António Maria da Silva. Mas, perante a vociferação da imprensa moderada (que usava agora contra os *democráticos* os mesmos métodos que os *democráticos* tinham usado contra a Monarquia), Bernardino entendeu aliviar-se de responsabilidades e requereu um parecer ao Supremo Tribunal Administrativo. Formado por uma esmagadora maioria de monárquicos e conservadores, o tribunal decidiu contra o Parlamento.

O alto funcionalismo continuava a servir de barreira à sempre frustrada e sempre repetida revolução jacobina. Os ministros *democráticos* foram, evidentemente, forçados a demitir-se e, a 23 de Junho, Bernardino refez o governo com três criaturas inócuas. Oito dias antes da dissolução do Congresso e, por consequência, da sua fatal derrota, os moderados conseguiram mais uma vez virar as coisas do avesso e meter Afonso Costa num beco sem saída. Fora do governo, ou o PRP se encomendava eleitoralmente à boa fé de Bernardino, o que seria pura insensatez, ou tinha de provocar, antes das eleições, um golpe de Estado para readquirir o poder, que formalmente lhe pertencia. Por outras palavras, ou se resignava a perder ou voltava, mais fraco e vulnerável, à situação de 1913.

O começo da guerra, em Agosto, adiou as eleições e com elas a necessidade de escolher. Por umas semanas o tumulto diminuiu, enquanto monárquicos e republicanos procuravam cautelosamente definir a sua atitude na emergência. Durante o Verão criou-se mesmo um certo clima de unanimidade. Os monárquicos ainda não se atreviam a ser abertamente germanófilos e os *democráticos* abertamente intervencionistas. António José de Almeida, escusado será dizer, hesitava entre os seus instintos e os seus interesses, ou, o que é igual, entre o seu passado e o seu futuro. Sub-repticiamente, Camacho navegava já, para grande irritação de Chagas, nas águas turvas da «neutralidade beligerante». Era, além disso, indispensável mandar tropas para África e a defesa do império suscitou, como de costume, um patriotismo sentimental e mendaz, que escondeu por uns tempos as divergências irreconciliáveis do país.

Afonso Costa tentou, é verdade, aproveitar as circunstâncias, propondo um governo «nacional», que os *democráticos* manifestamente tencionavam dominar. Mas ninguém foi enganado por um estratagema tão tosco. Os moderados pensavam, aliás, nas eleições, não pensavam na guerra. E os monárquicos na contra-revolução. Em 20 de Outubro alguns bandos dispersos insurgiram-se em Mafra e em Bragança e cortaram postes telegráficos por aqui e por ali, sem qualquer consequência palpável.

As sublevações monárquicas serviam invariavelmente para fortalecer os *democráticos*, suscitando uma histeria que os moderados não podiam contrariar e justificando as maiores ignomínias dos grupos terroristas. De novo, como declarou Bernardino Machado, «as reservas militantes do povo republicano» ajudaram «ciumentamente» a repressão, ao passo que *unionistas* e *evolucionistas* se recolhiam à defensiva, cobertos de impropérios e acusa-

dos de conluio com os «conspiradores». Bernardino não saiu melhor do episódio, atribuído à sua amnistia e à sua moleza. O Congresso cessante voltou a reunir-se em Novembro, com dúbia legalidade e nenhuma legitimidade, e logo se tornou claro que a maioria estava disposta a derrubar o governo. A 3 de Dezembro, de facto, os *democráticos* livravam-se de Bernardino e instalavam um ministério inteiramente seu, presidido por Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, um ignoto militar, sem passado e com pouco futuro.

Os *miseráveis* de Vítor Hugo (como logo foram baptizados) deviam preparar o regresso à «normalidade», *fazendo* eleições e um presidente de confiança. Ou seja, deviam ganhar em 1914 a batalha que Afonso Costa perdera em 1913. As condições eram agora notavelmente piores e, mais grave ainda, já não havia margem para qualquer espécie de compromisso. O precedente e a talvez afortunada inexistência de um segundo Bernardino colocavam o problema em termos drásticos: ou os *democráticos* liquidavam de vez a oposição, ou corriam o risco de ser liquidados.

Não sendo provável que a oposição e o país se submetessem sem protesto ao destino que lhes preparavam, os *miseráveis* eram um irrecusável convite à violência. Por estranho que pareça, Afonso Costa supunha-se à altura particularmente bem protegido. Não temia revoltas monárquicas e, cúmulo da inocência, imaginava que o exército não se mexeria em tempo de guerra. Na realidade, o exército estava em insurreição virtual desde que antevira o perigo de ser obrigado a combater na Europa. Se os sentimentos conservadores da oficialidade não bastavam para a convencer a correr os riscos de uma guerra contra a República, os riscos da guerra bastavam e sobravam para obscurecer o medo à República.

A urgência de evitar uma aventura forçosamente fatal no estado deplorável do exército português uniu, assim, militares e moderados na primeira aliança contra o PRP. Não era sequer preciso conspirar. O exército, como a generalidade do público informado, não ignorava que a oposição não hesitaria em absolver um pronunciamento, desde que ele não fosse monárquico. O *golpe das espadas* nasceu, portanto, de duas negações: recusava a República jacobina e recusava o regresso à Monarquia. Em si mesmo não tinha destino. Como o não teriam todos os outros até Salazar.

A história conta-se depressa. Em Janeiro de 1915 os *carbonários* da Figueira da Foz impuseram a transferência de um capitão. Oportunamente indignados com um acontecimento que se tornara banal, dezenas de oficiais resolveram manifestar-se, entregando as espadas ao Presidente da República. O governo meteu-os logo na cadeia, enquanto Afonso Costa (que era um simples civil e tecnicamente um particular) discursava pelos quartéis para persuadir a tropa meio amotinada aos deveres da obediência. Tanto as prisões como a retórica foram inúteis. Com grande espalhafato e melodrama, Machado Santos levou a Belém a «espada da Rotunda» e a oficialidade em peso, impedida de chegar ao Presidente, mas coberta pelo exemplo do «herói», ofereceu as suas (às vezes, por telegrama) ao general mais antigo,

Pimenta de Castro, por acaso um republicano insuspeito, que tinha sido ministro da Guerra no gabinete Chagas.

Perante isto, os *democráticos* não podiam sustentar-se. O Presidente abateria-os em 1913, o Supremo Tribunal Administrativo, em 1914. Em 1915 abatia-os o exército. Se o Portugal conservador não os conseguia vencer, eles também não conseguiam vencer o Portugal conservador. Quando já se julgavam a salvo, surgia sempre um último obstáculo e a luta tinha de continuar.

III. PIMENTA DE CASTRO

Demitidos os *miseráveis*, Arriaga, muito naturalmente, chamou Pimenta de Castro. O seu objectivo consistia em «acudir», com «firmeza e prontidão», ao «incêndio em que as facções estavam ardendo». Supunha ele que os males da sua «querida Pátria» se deviam ao sectarismo e à «intolerância dos velhos costumes» e que o remédio, pelo menos de imediato, era um governo extrapartidário, susceptível de «acalmar» as paixões. Por culpa da «amaldiçoada» política, voltava-se assim ao plano de 1914, ou seja, à *carta-programa*. Só que, desta vez, no lugar do amável Bernardino, estava o exército.

O ministério Pimenta de Castro, produto de um pronunciamento militar, tinha oito militares e dois civis. Ora os militares, como o Presidente da República, desprezavam os partidos em geral, e não apenas os *democráticos* em especial, e aspiravam a metê-los na ordem. Não admitiam, ou pelo menos afectavam não admitir, distinções entre portugueses. A nação pertencia igualmente a republicanos e a monárquicos, a moderados e a radicais. Todos tinham os mesmos direitos e, em particular, o mesmo direito à vida política.

Isto significava, como se sabe, que a República seria sufocada pelo peso da província conservadora. Em Paris Chagas admirava-se de que Brito Camacho e António José de Almeida, esses «torpes imbecis», não percebessem a luminosa lógica das coisas. Perceber, percebiam, mas não tinham alternativa. Arriaga recusara os seus serviços, veementemente oferecidos após a queda de Azevedo Coutinho. Restava-lhes, por conseguinte, ir apoiando Pimenta de Castro, na esperança de que ele reformasse a República sem a destruir. Ou, por outras palavras, de que ele confiscasse a República aos *democráticos*, sem simultaneamente a entregar aos antigos monárquicos ou mesmo provocar a restauração da Monarquia. Obtido este milagre, chegaria, enfim, o seu momento.

Mas, por muito que lhes doesse, e doía de facto, a República era o PRP e nada mais. Depois de cinco anos de incessantes perseguições, os oficiais do exército sabiam-no melhor do que ninguém. O governo *nacional* de Pimenta de Castro começou pela demissão em massa dos militares *democráticos* (de sargentos a generais), que ocupavam postos de influência ou exerciam comandos. A seguir, garantida a retaguarda, adiaram-se as eleições

(marcadas, antes do golpe, para 4 de Março de 1915) e tratou de se fazer uma nova lei eleitoral.

Para Pimenta de Castro, a questão não oferecia dificuldades. Era necessária uma lei «sem alçapões, nem escaninhos», que impedisse «as tricas e estorvos politiquieiros» e assegurasse o sufrágio universal. Ou seja, eram necessárias eleições livres. Como lhe foi, no entanto, melancolicamente notado, a República *Democrática* não podia sobreviver a eleições livres, que produziriam, por força, um regime conservador, monárquico ou republicano, e muito provavelmente primeiro republicano e depois monárquico. Ele tinha, portanto, de contemporizar com Arriaga e os moderados do regime vigente, cujo concurso continuava a ser indispensável, no caso de o exército não querer, como não queria, a queda imediata das instituições.

Pimenta de Castro contemporizou. A lei eleitoral, que saiu a 24 de Fevereiro, devolvia o voto aos militares, simplificava as formalidades de candidatura e recenseamento e, sobretudo, restaurava com pequenas adaptações os velhos círculos da *Ignóbil Porcaria*, que afogavam o voto urbano (agora *democrático*) no voto rural conservador. Não se fora até ao fim, mas forase longe. Os *democráticos* ficavam anulados; e os *unionistas* e *evolucionistas* ficavam dependentes do governo, cuja influência era tanto maior quanto maiores eram os círculos. A lei não se distinguia das anteriores pela honestidade. A única diferença estava em que, presumivelmente, os «alçapões» serviriam agora para salvar a República (ou a aparência dela) na pessoa dos moderados. Se servissem, coisa sobre que existiam fundadas dúvidas.

Condenados à morte política por este modo expedito, os *democráticos* reagiram, convocando o Congresso para 4 de Março. Pimenta de Castro declarou logo que não permitiria que o Congresso se reunisse, porque, constitucionalmente, já não havia Congresso algum. O caso não era claro. Por um lado, a legislatura terminara de facto em 30 de Junho de 1914. Mas, por outro, a Constituição determinava que as câmaras continuassem no pleno exercício dos seus poderes se por qualquer motivo «as eleições não tivessem sido feitas nos prazos constitucionais». Não tinham, e, por isso, o Congresso permanecera em sessão até ao fim de 1914. O governo e os moderados argumentavam que, estando agora as eleições marcadas (para Junho), a autorização constitucional cessara. Os *democráticos* respondiam que, não havendo sido cumpridos os prazos, nomeadamente o de 4 de Março, ela não deixara de ser válida.

A constitucionalidade de Pimenta de Castro sempre fora contestável, para não dizer imaginária. Arriaga podia nomear o ministério, mas nenhum ministério podia agir sem a confiança do Congresso, principalmente se, como várias vezes sucedera, usurpasse competências privativas do Parlamento e do Senado. Para a opinião pública, no entanto, as obscuras irregularidades do processo legislativo não equivaliam a uma condenação formal e solene do Congresso, fisicamente reunido. Era isso que se preparava. A 4 de Março, quando os deputados e senadores *democráticos* pretenderam entrar em S. Bento, a própria GNR, a Guarda *Republicana*, os impediu de passar. Recon-

ciliado com o PRP (e já firmemente a caminho da Presidência), Bernardino esbracejou, protestou, resistiu. «O histrião!», comentou Chagas de longe. Talvez. Mas, de qualquer maneira, o espectáculo serviu para excitar o «bom povo de Lisboa» e reanimar um pouco o prestígio dos chefes *democráticos*, que, como na Monarquia, se puderam de novo fingir vítimas das violências da «reação».

Pimenta de Castro nem sequer conseguiu evitar o pior. Corridos de S. Bento, os deputados e senadores *democráticos* juntaram-se no palácio da Mitra e de lá proclamaram o governo e o Presidente Arriaga «fora da lei» e todos os seus actos «írritos e nulos». Afonso Costa não deixou dúvidas sobre o sentido desta resolução. A ditadura de Pimenta de Castro, preveniu ele, era «pior, mais indigna e mais infame do que a ditadura que, dentro da Monarquia, representara a suprema indignidade dela, a ditadura de João Franco». Contra João Franco tinham os republicanos feito uma revolução e acabado por abater o rei. Nenhum militante do PRP, nenhum republicano *histórico*, corria o risco de não perceber a mensagem: era precisa uma segunda revolução contra Pimenta de Castro.

Os *evolucionistas* e os *unionistas* haviam-se absterido de comparecer na Mitra para não legitimar a sessão com a sua presença. Camacho chamou-lhe, desdenhosamente, «um congresso de mitra e gaita». Para António José de Almeida, desde a sua origem que o Congresso fora uma simples assembleia do PRP, sentada em S. Bento, na Mitra ou noutra lugar qualquer. Pimenta de Castro parece que achou a ocorrência «uma entrudada assaz divertida». Poses de confiança que se destinavam a ocultar a realidade básica das coisas: a reunião da Mitra tudo mudara.

Depois dela, o governo, Arriaga e os partidos moderados ficaram sob a ameaça de uma revolução *democrática*. Mais pertinentemente, o exército ficou sob a ameaça de uma revolução *democrática*, que tinha de esmagar, como *não* esmagara o 5 de Outubro. Nestas circunstâncias, punha-se uma grande pergunta: bastavam os moderados, política e militarmente, para fazer face ao PRP? E a resposta era, sem dúvida, que não bastavam. No exército a «moderação» não existia. Os oficiais, quase todos católicos e conservadores, ou até monárquicos, haviam, sem dúvida, promovido e apoiado um «golpe» pacífico contra Afonso Costa, mas não estavam dispostos a bater-se por Camacho ou António José de Almeida, que, no fundo, não distinguiam da «canalha» reinante. Só os moderados se consideravam a si próprios diferentes dos *democráticos*. Para o conservadorismo português, eles *eram todos os mesmos*.

Por que se bateria, com efeito, o exército? Pela República, que ele abominava? Por formas mais brandas de opressão da Igreja? Pelo privilégio de continuar a obedecer a indivíduos a quem atribuía a destruição do seu mundo e anos de vexames, e que ardentemente desejava ver na cadeia ou em África? Talvez o exército se batesse pela Monarquia. Mas falar em Monarquia não implicava unir de novo a gente da *propaganda* e coagi-la a uma desesperada resistência? Reconciliar Machado Santos e António José de Almeida com

Afonso Costa? Trazer de novo às ruas o «povo» *carbonário*? E, afinal, de que monarquia se tratava? Da de Franco, da do *rotativismo* ou de qualquer outra coisa?

Fosse como fosse, a «ditadura» não podia ser claramente republicana, para não afastar os monárquicos. Nem claramente monárquica, para não afastar os moderados. Pior: os monárquicos mais prudentes (a oficialidade e o próprio D. Manuel) aceitavam esquecer por um tempo a restauração, mas não sustentariam Pimenta de Castro se ele não liquidasse o radicalismo. Só que, se ele o fizesse, liquidava também os moderados, que viviam do perigo *democrático*. António José de Almeida, como escrevia Chagas com perfídia, era um «parasita» de Afonso Costa. Sem ele acabava. Neste aperto, a «ditadura», indefesa e paralisada, declarou-se insistentemente *nacional*: o governo era *nacional*, o exército era *nacional* (para sublinhar que não era da República) e também, como tudo o resto, as eleições seriam *nacionais*.

Mas ser *nacional* em 1915 não queria dizer cordata e abstractamente servir os interesses genéricos da nação. Queria dizer, antes de mais nada, reintegrar pouco a pouco os monárquicos na vida política *da República* e garantir à Igreja uma situação tolerável (Pimenta de Castro aboliu as «comissões culturais»), mantendo o país em paz pelo velho método de conceder o acessório a toda a gente e o substancial a ninguém. Por outras palavras, o *nacionalismo* da «ditadura» era apenas mais uma variante da via média, que na prática, tanto da parte do governo como da *nação* a que ele se dirigia, voltava a ensaiar os papéis de 1911 e de 1914: o governo propunha-se «atrair» a «nação» para a conciliar com a República; a «nação» deixava-se atrair (quando deixava) para a liquidar. Não foi por acaso que os *evolucionistas*, ao contrário dos *unionistas*, apoiaram este equívoco até ao último momento.

A 20 de Abril Pimenta de Castro amnistiou os chefes monárquicos, incluindo Couceiro. Entretanto, tinham aberto dois centros monárquicos em Lisboa (um deles presidido por António Cabral), cujas sessões suscitaram algum entusiasmo. Em *O Dia*, renascido e triunfante, Moreira de Almeida anunciava: «A Monarquia vai restaurar-se porque é já inevitável que se restaure.» Como? Da maneira mais simples: legalmente. Desde que o governo «se colocasse muito acima de todos os partidos» e *fizesse* «eleições nacionais», desde que o país pudesse votar em liberdade, acabava necessariamente o pesadelo republicano.

Como se disse, nem D. Manuel, nem Pimenta de Castro, nem a maior parte do exército, pensavam em restabelecer a Monarquia. Mesmo os oficiais mais militantes rejeitaram os avanços de Couceiro, que de Espanha e depois de Lisboa lhes oferecia o seu velho esquema de um plebiscito sobre o regime. Mas Moreira de Almeida tinha razão. A prazo, a lógica das coisas tornava a «ditadura» prisioneira dos monárquicos. As eleições, por exemplo, exigiam a demissão das câmaras e juntas de paróquia *democráticas*. Para as substituir nomearam-se comissões administrativas. Formadas por quem? Por republicanos, por monárquicos? Não se sabia. Nada indicava, no entanto, que na província tivessem subitamente aparecido muitos e muito

bons republicanos. A escolha dos governadores civis e dos administradores de concelho, ou seja, dos agentes eleitorais do governo, levantava um problema semelhante. Deviam-se preferir republicanos de confiança (supondo que os havia fora do PRP) e, assim, hostilizar os grandes *influentes*, a Igreja e a população? Ou «notabilidades» locais, cujas tendências se ignoravam, mas que, provavelmente, se inclinariam para a Monarquia?

Acima de tudo, estava, como é óbvio, a questão da atitude do governo. Qual era o melhor caminho? Não intervir nas eleições? Evitar apenas uma devastadora vitória dos monárquicos, com ou sem etiqueta? Patrocinar alguns candidatos republicanos, distribuindo os favores oficiais imparcialmente por *evolucionistas* e *unionistas*? Apoiar só os *evolucionistas*? Ou apresentar candidatos próprios, com o título habitual de *independentes*? Pimenta de Castro acabou por decidir apresentar candidatos do governo: 66 em 163. O resto ficaria para os *evolucionistas* e para os monárquicos confessos, porque os *unionistas*, sem a ajuda do Estado, não contavam. A ideia era, como de costume, criar um partido-tampão entre as partes em litígio, ou seja, uma espécie de poder arbitral, que se aliaria, ora a um, ora a outro lado. Numa querela em que, ao fim de anos e anos de luta, ninguém tinha conseguido uma vitória definitiva, a «ditadura» desejava restabelecer a ordem e a paz, interrompendo o ciclo revolução-reacção, que vinha, pelo menos, de 1905.

A figura extravagante do «ditador» escondeu a natureza tradicional dos seus propósitos. Escrevia com uma sintaxe irresistivelmente cómica. Apreciava ditos latinos e proclamava com regularidade e fervor *Deus super omnia*, como se a eminência divina fosse a solução dos sarilhos terrestres. O «velho maníaco» não era susceptível de inspirar, nem medo, nem respeito, e a historiografia jacobina, com raras oportunidades de se rir, deu-o por doido. Mas Pimenta de Castro não fez mais do que regressar à velha panaceia do «terceiro partido», que, em circunstâncias análogas, obcecara os políticos do liberalismo durante meio século. Quando pela segunda e terceira vez se tentou sair do impasse que a simples existência da República provocava, os métodos foram bem mais drásticos. Só que Pimenta de Castro não podia ganhar. Excluir o PRP da vida política tinha a mesma desvantagem do que excluir os monárquicos: não era possível. Os republicanos moderados não representavam a República: representavam a pequena cauda «mole» do republicanismo. Sem o PRP nada valiam e já não havia nada a negociar. Eliminar os *democráticos* significava eliminar a República. Os monárquicos, que o sabiam, supunham já a Monarquia restaurada. O PRP, que o sabia, concordava inteiramente com eles. Enquanto a «ditadura» combinava subtilezas com forças imaginárias ou dúplices, as forças reais preparavam-se para a substituir. Os monárquicos logo que os *democráticos* fossem definitivamente esmagados; os *democráticos* antes de serem definitivamente esmagados.

Nessa Primavera de 1915 o PRP não conspirou para se desfazer de um ditador republicano, conspirou para restabelecer a República. Recebeu, aliás, o apoio de muitos moderados, em particular de *unionistas*, inquietos com

o peso crescente dos monárquicos e sem ilusões sobre o seu peso próprio. Até Brito Camacho (provavelmente inspirado pela indiferença do governo às suas ambições eleitorais) confessou mais tarde que, todos os dias e de toda a parte, lhe chegavam «avisos», «gritos de alarme» e «pressentimentos de catástrofe».

O que não admira. No princípio de Maio os preparativos para a revolução eram quase públicos. Sem estar informada dos pormenores, Lisboa inteira sentia o que se passava. Os adeptos da ditadura esperavam, como eles diziam, que «o trunfo fosse espadas». Mas, perante a apatia de Pimenta de Castro, em fins de Abril começaram a duvidar. A 11 de Maio Moreira de Almeida implorava em *O Dia*: «Vista a farda, Sr. General!» Aquele general, porém, não propendia para a violência. Ia haver um movimento revolucionário? «E depois?», desinteressava-se ele, com uma estranha visão do seu papel na política portuguesa: «Se houver, há. Dinheiro, não me apanham, e, se for para a cadeia, fui.»

Parece que não lhe apanharam dinheiro. A 14 de Maio, a marinha, a Guarda Fiscal, parte da Guarda Republicana, unidades dispersas de infantaria e 15 000 civis, armados no Arsenal do Exército, sublevaram-se contra a ditadura. A luta durou três dias. Morreram cerca de 200 pessoas e ficaram feridas cerca de 1000. O *14 de Maio* fez mais vítimas do que o *5 de Outubro*, do que o *5 de Dezembro* (Sidónio Pais), do que as incursões e mesmo do que a *Traulitânia*. Os navios de guerra bombardearam as posições do governo em Lisboa, dois dias e duas noites. Nas primeiras vinte e quatro horas o exército resistiu, como não tinha resistido no *5 de Outubro*, aos ataques de tropas regulares e ao fogo e às bombas dos civis. Finalmente, os *carbonários* aproveitaram para ajustar contas com a «reacção». De 14 a 19 de Outubro nenhuma autoridade existiu em Lisboa. A *formiga branca* pôde assassinar os seus inimigos (entre eles, duas dezenas de polícias), assaltar e saquear sedes de partidos, lojas e casas particulares (cujos donos não comungavam na sua espécie de patriotismo), «empastelar» jornais (*O Dia* e *O Intransigente* de Machado Santos) e, geralmente, perseguir quem entendeu conveniente. O caos atingiu proporções tão inquietantes que alguns navios de guerra espanhóis, ingleses e franceses chegaram a entrar no Tejo com o propósito ostensivo de proteger os seus nacionais.

Apesar da oposição mais dura e determinada que até ali o PRP tinha tido de defrontar, o exército rendeu-se precisamente pela mesma razão por que se rendera em 1910. Era-lhe possível, e talvez fácil, destruir a infantaria e a artilharia de terra dos revolucionários. Era-lhe difícil, ou talvez impossível, submeter a esquadra em revolta. Era-lhe, evidentemente, impossível vencer e desarmar 15 000 civis, espalhados em bandos pela cidade. Pretendendo demonstrar que a República não correria qualquer risco e que, portanto, embora heróico, o *14 de Maio* fora inútil, António José de Almeida (e com ele a ortodoxia moderada) argumentou que, nos dias cruciais, os monárquicos não se viam em parte alguma. À superfície pertinente, o argumento não passava de uma clássica desonestidade. Os monárquicos não tinham descido

às ruas de Lisboa por dois bons motivos. Primeiro, porque a esmagadora maioria estava na província. Segundo, porque a pacífica classe média de Lisboa não podia, por natureza, combater os *carbonários* à bomba.

Também, a partir de certo ponto, os oficiais, que apoiavam a «ditadura», preferiram abster-se. Não por fraqueza militar ou pessoal, mas por isolamento político. Lutar porquê? Por um arranjo precário, fatalmente efêmero e sem destino definido? E que fariam eles se esmagassem as forças regulares dos insurgentes e os civis se rendessem? O passo seguinte não podia deixar de ser a repressão sistemática e brutal do «povo republicano», o que implicava a morte e o degredo de alguns milhares de pessoas. Sem já falar nas consequências menos visíveis do exercício (o estabelecimento de uma genuína ditadura para liquidar *todos* os republicanos, ou a guerra civil, ou mesmo as duas coisas), a oficialidade em peso, monárquica ou meramente conservadora, recusava essa odiosa responsabilidade. O *14 de Maio* lembrou uma velha verdade. Enquanto a plebe de Lisboa obedecesse ao PRP, não havia maneira de restabelecer ou sustentar a Monarquia, ou qualquer poder que se aproximasse dela ou a ela parecesse conduzir. Se os monárquicos tinham o país, em Lisboa mandavam os *democráticos*.

IV. A DITADURA DEMOCRÁTICA

1. O REGIME E A GUERRA

Vencedores absolutos e, pelo futuro previsível, donos incontestados de Portugal, os *democráticos* quiseram, simultaneamente, organizar com solidez a sua ditadura para se porem ao abrigo de novas surpresas e dar a impressão de que agiam em nome do movimento republicano histórico, como se a unidade deste se houvesse reconstituído na oposição a Pimenta de Castro. O governo nomeado pela junta revolucionária tinha, assim, um *evolucionista* (que entrava a título particular, sem caução do partido), um *unionista* (Barros Queiroz) e algumas caducas glórias da *propaganda*, como Magalhães Lima, Alves da Veiga e Paulo Falcão (Basilio Telles, como de costume, declinou a honra). O presumível primeiro-ministro, João Chagas, não chegou a tomar posse, porque levou três tiros (um na cabeça) do senador *evolucionista* João de Freitas (logo devidamente torturado e morto pelos *carbonários* do Entroncamento, onde a cena ocorreu) e foi substituído por José de Castro.

As medidas inaugurais do governo consistiram em declarar «írritos e nulos» todos os actos da ditadura, em «reintegrar» nas suas funções os corpos administrativos «dissolvidos», em readmitir (com indemnização) os funcionários *democráticos* que Pimenta de Castro demitira e em convocar o Congresso. E o Congresso, por seu lado, aprovou prontamente um manifesto em que se dizia que o *14 de Maio* «libertara a vida da República das passadas hesitações e incertezas» e que a vontade do país, «inequivocamente

expressa» no «entusiástico regozijo» com que ele fora recebido, era «a exigência de que terminassem de vez as divisões e incompatibilidades artificiais» da família republicana. Não se podia ser mais claro, nem mais ameaçador. Dali em diante, os moderados que tomassem muito cuidado.

O Congresso reservou também algum tempo para votar a amnistia dos «crimes políticos provocados pela ditadura» (ou seja, a impunidade dos *carbonários*) e uma lei autorizando o governo «a separar definitivamente do serviço efectivo os funcionários civis e militares que não dessem uma completa garantia de adesão à República e à Constituição». Fez-se, por fim, uma lei eleitoral para substituir a de Bernardino e leu-se uma carta de Arriaga em que este renunciava à presidência como a exercera: sem juízo e sem dignidade. Faltava só arranjar um presidente interino. A 29 o Congresso elegeu Teófilo Braga, com a abstenção dos *evolucionistas* e dos *unionistas*, o que dava a Teófilo, como ele logo lembrou, três dias do ordenado de Maio, por lapso já pagos a Arriaga.

Cumpridas estas formalidades, os *democráticos* puderam tratar da sua vida em paz. A 11 de Junho desterraram Machado Santos e Pimenta de Castro para os Açores. A 13 fizeram eleições. Legalmente, os eleitores eram apenas 48,8% da população masculina maior; os recenseados eram, de facto, apenas 76,4% dos recenseáveis; os votantes acabaram por ser só 60% dos recenseados, isto é, 18,6% da população masculina maior e 45,7% dos eleitores virtuais: 280 000, num país de 6 milhões de pessoas, o número absoluto e relativo mais baixo da história da República e dos regimes representativos portugueses de 1864 em diante. Nas cidades, devido aos bons ofícios dos *carbonários*, a abstenção excedeu a média nacional e chegou aos 60%. Em Lisboa, centro do mundo republicano, que tinha 435 000 habitantes, votaram 22 876 eleitores em 56 390 registados, cerca de 16 000 no PRP, quase tantos como os «revolucionários civis» do *14 de Maio* e sem dúvida os mesmos. Segundo António José de Almeida, tudo se passou «numa atmosfera de terror», e «os elementos ordeiros», «amedrontados» pelos «acontecimentos» de Maio, não saíram de casa. Estivessem ou não amedrontados, «os elementos ordeiros» compreendiam a essencial futilidade da cerimónia. Desde sempre que o radicalismo republicano vivera da violência. Pela violência, e não pelo voto, eventualmente morreria.

Com as *suas* eleições, o PRP conseguiu pôr no Congresso 103 deputados e 36 senadores. Pela oposição vieram 22 deputados e 7 senadores *evolucionistas*, 6 deputados e 1 senador *unionistas*, 2 deputados socialistas (de facto, designados pelos *democráticos*) e 1 deputado *católico*. Dois meses mais tarde, este autêntico Congresso do PRP escolheu Bernardino Machado para Presidente. O círculo ficava fechado a sete chaves. Os *democráticos* dominavam inteiramente as instituições: Presidente, governo, Parlamento, Senado, tribunais (agora sob a ameaça de uma purga instantânea), câmaras e juntas de paróquia. Necessariamente vencedores de quantas eleições se fizessem no futuro, o seu poder era perpétuo, se sua legalidade fosse respeitada. Contra eles, só a força bruta.

Estas novas condições de segurança inspiraram Afonso Costa a «abrir» a ditadura, ou seja, a disfarçá-la. A ditadura seria tanto mais tolerável quanto menos parecesse propriedade exclusiva dos *democráticos*. Convinha que passasse por uma empresa da unidade republicana restabelecida ou até, se possível, pela união de todos os bons portugueses à volta de uma «política nacional». O momento prestava-se particularmente bem ao exercício. Portugal combatia já os Alemães em África e Afonso Costa planeava intervir na guerra europeia. Em princípio, as circunstâncias exigiam que as facções sacrificassem os seus interesses privados à salvação colectiva. As querelas domésticas deviam acabar na presença do inimigo externo. Enquanto durasse o perigo, e ele prometia durar, os Portugueses deviam obedecer aos *democráticos*, com docilidade e gratidão.

Para facilitar as coisas, Afonso Costa não formou logo após as eleições de 13 de Junho um governo *democrático* homogéneo, presidido por ele próprio. Em primeiro lugar, conhecia o ódio que inspirava: tinha sido objecto de vários atentados, um deles de uma criança de 14 anos, e nesse Verão de 1915 atirou-se pela janela de um carro eléctrico para fugir a uma bomba imaginária. Depois, queria manter as suas opções abertas. Com pequenas variantes, reconduziu, por isso, o ministério José de Castro, que, aliás, era supostamente de unidade republicana, embora ninguém lhe reconhecesse a honra. Entretanto, tratou de negociar um «governo nacional». Três ou quatro ministros *evolucionistas* e *unionistas* e, sobretudo, um ministro *socialista* (para o Trabalho, claro) nada o incomodavam. Fosse qual fosse, o governo faria o que o Parlamento lhe mandasse ou deixasse fazer. No Parlamento mandava o PRP e no PRP mandava ele. Assim, de longe, protegido da execração pública e quase invisível, podia à sua vontade puxar os cordelinhos.

Havia no arranjo outra enorme vantagem: comprometer por um período longo a oposição republicana na política *democrática*. Uns anos de guerra, e de consequente solidariedade com o PRP, tornariam os *evolucionistas* e os *unionistas* indistinguíveis da ortodoxia jacobina. Em 1915, no entanto, como, de resto, sucedera em 1914, a manobra falhou e Afonso Costa foi obrigado a formar (em fins de Novembro) um governo inteiramente *democrático* sob a sua presidência. Mas não desistiu dos seus objectivos principais: nem da política de intervenção, nem de submeter, através dela, os moderados e o país ao absoluto domínio do PRP. É preciso perceber isto para perceber tudo o que se seguiu.

Os *democráticos* não eram estúpidos, nem cegos, por muito que o fanatismo se pareça com a estupidez e a cegueira. Apesar do simulacro de eleições e de toda a propaganda em contrário, nenhum dos grandes dirigentes do PRP ignorava o seu isolamento social e político. Este estado de coisas costumava justificar-se alegando, como em 1820, que os Portugueses, ainda subjogados pela «superstição» católica, continuavam a ser vítimas, «imbeles», da «monomania religiosa» e das «manobras» dos jesuítas. Uma vez que a República os educasse, eles compreenderiam os *democráticos* e com certeza não deixariam de lhes dar o seu fervoroso apoio. No intervalo, infe-

lizmente, nada garantia a sobrevivência do regime e, sobretudo, a saúde e prosperidade dos seus próceres.

O PRP sentia, obviamente, o risco da sua situação e procurou sempre uma maneira de se *nacionalizar*, ou seja, de surgir à nação como mais do que a esquelética tirania da plebe urbana. A guerra talvez pudesse servir esse propósito. Mas não uma guerra qualquer: só uma guerra nacional, que envolvesse o país inteiro e verdadeiramente o mobilizasse. Era essa a lógica oculta da política *democrática*, que, nos anos seguintes, iria espantar o mundo inteiro.

Face aos méritos da questão, todos os outros intervenientes (monárquicos, republicanos moderados, *sidonistas*, a Inglaterra e a França) tomaram posições razoáveis. Como em 1914 Bernardino Machado logo percebeu, a defesa militar das colónias de África, que os Alemães vagamente ameaçavam, dispensava uma declaração de guerra. Mais do que isso: exigia a neutralidade. A neutralidade não permitia à Alemanha atacar as costas portuguesas ou interferir na navegação portuguesa, em particular nos transportes de tropas. Numa palavra, paradoxalmente, não se podia fazer a guerra se não houvesse paz.

A Inglaterra recomendou, desde o princípio, a Portugal a figura ambígua (e, pelas normas internacionais, então inexistente) da «neutralidade beligerante». Por muito que ofendesse o orgulho cívico do PRP e dos diplomatas radicais, a ideia era sensata. A Inglaterra queria a ajuda portuguesa (uso dos portos, produtos agrícolas, matérias-primas), mas não a queria ao preço de guardar, fatalmente sozinha, as costas portuguesas. Neutro, Portugal tinha alguma utilidade: beligerante, seria um peso sem contrapartida.

Os republicanos moderados, *evolucionistas* e *unionistas*, estavam na essência de acordo com isto. A fórmula de Camacho («Não, excepto se a Inglaterra sim») e a de António José de Almeida («Ir até onde for preciso, sendo preciso») eram ambas claras: na medida dos seus meios, Portugal devia naturalmente garantir a segurança do império e colaborar com a Inglaterra. Talvez a Inglaterra viesse no futuro a exigir que Portugal abandonasse a neutralidade e entrasse na guerra a seu lado, sem equívoco, como beligerante formal. Nesse caso, e unicamente nesse caso, Portugal tinha de avançar, porque estaria implícito que a Inglaterra se propunha assumir as responsabilidades financeiras e militares da aliança. Entrar na guerra contra a vontade dos Ingleses, ou com a má vontade dos Ingleses, os moderados consideravam puro suicídio.

Esta prudência não convinha ao PRP. Uma pequena intervenção nas colónias não legitimaria a República *democrática*, principalmente quando muitos dos lendários oficiais *africanistas* eram agora chefes da oposição monárquica: Paiva Couceiro, o «herói» de Angola e Magul; Aires de Ornelas, o «companheiro de Mouzinho», combatente de Coolela e Macontene; João de Almeida, o «vencedor dos Dembos». Nem ao PRP interessava uma ligação demasiado estreita com a Inglaterra. Exilado em Londres, D. Manuel apressara-se a pedir aos seus partidários que cessassem toda e qualquer acti-

vidade subversiva para não embaraçar a participação portuguesa no esforço de guerra dos Aliados. Aqui também a política republicana não se distinguiria tanto do que os monárquicos faziam como do que a Monarquia sempre havia feito.

Pior ainda: a Inglaterra parecia tratar a República com especial desprezo. Enquanto D. Manuel jantava com Asquith e visitava ambulâncias como delegado da Cruz Vermelha, Edward Grey, continuando a servir-se dos préstimos portugueses, não se comprometia com o mais leve gesto que pudesse significar reconhecimento pelos serviços prestados ou apreço pelos republicanos que os tinham prestado. O ministro inglês em Lisboa, Lancelot Carnegie, comunicava a Augusto Soares que a definição das relações de Portugal com a Alemanha era um assunto em que a Inglaterra não se queria intrometer, como se a sua intromissão não fosse a própria substância dessas relações, e argumentava que, sendo Grey um pacifista, se recusava a «instigar» Portugal à beligerância, coisa que podia expô-lo em «pura perda» à hostilidade alemã. Já pensara Soares, por exemplo, no que sucederia se um submarino alemão «visitasse o Tejo»?

Afonso Costa achava esta situação ofensiva do «brio» nacional, «servil», «intolerável». João Chagas telegrafava de Paris, contando que Delcassé se espantava com a «subserviência» da República e ele mesmo se torcia com as «humilhações» diplomáticas que era obrigado a sofrer nos jantares do Eliseu. Todo o Partido «Democrático», todos os jacobinos avulsos, todos os «verdadeiros» republicanos, se indignavam com o papel «subordinado» e «apagado» que a Inglaterra, com a sua histórica perfídia, parecia desejar atribuir a Portugal e, evidentemente, atribuir-lhes a eles. Suspeitavam, além disso, Asquith e Grey de quererem conservar as mãos livres por duas razões. Primeiro, para que nada os impedisse de abandonar a República, se um dia os monárquicos se mostrassem capazes de a derrubar. Segundo, para negociarem a paz com a Alemanha à custa das colónias portuguesas, se a guerra chegasse a um beco sem saída.

Quanto ao último ponto, os jacobinos imaginavam que o remédio contra as «intenções reservadas» da Inglaterra estava em forçá-la a invocar a aliança luso-britânica, a troco, ou como condição, do auxílio que ela pedia e que, de resto, ia regularmente crescendo. Ou, se este estratagema falhasse, em declarar guerra de *motu* próprio às Potências Centrais para introduzir Portugal na quádrupla aliança. Num caso ou noutro, supunha-se que os Ingleses ficariam coibidos de «espoliar» um parceiro oficial, tratando com o inimigo nas suas costas. Dados os precedentes, esta tese não era, à superfície, absolutamente inepta. Claro que a declaração unilateral de guerra, como até Afonso Costa confessou ao propô-la, não passava de um «acto de loucura», por muito «nobre, generoso, digno e honrado» que parecesse. Sem o apoio da Inglaterra, o país não tinha, de facto, defesa contra um simples submarino alemão que decidisse visitar o Tejo. Acresce que o veto de Grey bastava e sobrava para Portugal não ser admitido na quádrupla aliança. Em tempos normais o que diminuía a Inglaterra na Europa confortava sempre

os Franceses. Mas não naqueles tempos, com os Alemães a poucos quilómetros de Paris. Delcassé não se importava talvez de acirrar Chagas pelo prazer. A França, no entanto, nunca sustentaria os interesses particulares de Portugal (e menos da República *Democrática*) contra a Inglaterra. Assim, se Portugal agisse como a potência que não era, convidava o desastre. Não tinha nada a ganhar e tinha tudo (ou quase tudo) a perder, nomeadamente a aliança luso-britânica e as garantias que ela significava. Garantias frágeis, sem dúvida. Garantias, de qualquer maneira. Um acto de puro desafio ao poder da Inglaterra eliminava essa última segurança e deixava Grey livre de resolver como entendesse o destino da África.

Por uma vez, a «loucura» não prevaleceu. Em Dezembro de 1915 e depois num *aide-mémoire* de Fevereiro de 1916 Grey pediu ao governo português que apreendesse os navios alemães surtos no Tejo, de que a Inglaterra precisava por causa das suas enormes perdas de tonelagem no Atlântico. O *aide-mémoire* não invocava a aliança luso-britânica e guardava-se de sugerir que Portugal, atacando a Alemanha, devesse entrar em guerra. Londres, como aliás Bernardino Machado, esperava ainda que a operação, que generosamente se reconhecia «susceptível» de irritar os Alemães, não os provocasse a medidas drásticas. O único incentivo para Portugal fazer o que os Ingleses lhe mandavam consistia numa chantagem pouco subtil: a Inglaterra tencionava estabelecer um bloqueio ao continente; se nos portássemos mal, também seríamos incluídos.

Afonso Costa considerou o *aide-mémoire* «um monumento de ignomínia». Para Norton de Matos, «a nacionalidade correria os mais graves perigos» se se aceitassem as condições de Grey e não se forçasse, a qualquer preço, a beligerância. Duas vezes o conselho de ministros exprimiu a opinião beata de que o país tinha de aproveitar aquela esplêndida «oportunidade» para obter a «posição» e o «respeito» que merecia. Com o acordo de António José de Almeida, típico produto da sua profunda falta de tino, e as tortuosas reservas de Camacho, aproveitou-se a «oportunidade». Após insistente pressão diplomática, a Inglaterra acabou por ceder, invocando a aliança luso-britânica. A 23 de Fevereiro os navios alemães foram assaltados e ocupados com inesperada eficácia e, a 9 de Março, a Alemanha declarou guerra a Portugal, que descreveu como «vassalo» dos Ingleses e a que lembrou, com delícia, a abjecta derrota de Naulila.

A Inglaterra invocara a aliança, aliás muito contrariadamente, pela principal razão de que não esperava que o gesto tivesse consequências. Requerer a Portugal o confisco dos navios alemães não implicava, a seus olhos, que Portugal fizesse mais do que confiscar os navios alemães, como lhe fora requerido. Para o governo de Afonso Costa, pelo contrário, a invocação da aliança abria o desejado caminho da Flandres. Tudo começava num mal-entendido. A Inglaterra aceitava a beligerância portuguesa, supondo que ela se reduziria a alguns serviços locais, baratos e sem grande risco. Portugal queria a beligerância para fazer figura de parceiro maior.

A Inglaterra nunca imaginou que as coisas pudessem ser assim. Em 1914 tinha considerado brevemente a hipótese de usar tropas portuguesas. Um exame sumário ao estado do exército instruiu-a em definitivo sobre a frivolidade do projecto. Contra a evidência, acreditou que o bom senso dos *democráticos* os coibisse de envolver um país pobre, exausto, atrasado e anárquico na terrível carnificina da frente europeia, sem meios militares, ou dinheiro para os pagar, perante a absoluta indiferença nacional. Não calculou que Afonso Costa e os seus sócios viam na intervenção o método perfeito para disciplinar o país e o converter à República, para se dotarem de um exército moderno e fiel e até para garantirem a Portugal uma parte da presumível prosperidade do pós-guerra. A «beleza moral» deste pensamento, óbvia para Chagas ou para Afonso Costa, escapava completamente aos Ingleses.

Mas não deve escapar a quem deseje compreender a grotesca acumulação de puras insanidades que se seguiu. Se a beligerância tinha um sentido, isto é, um objectivo, ele estava cumprido em 23 de Fevereiro de 1916. Aliado oficial da Inglaterra, com um lugar cativo na futura conferência de paz e alguns milhares de soldados em Angola e Moçambique, não havia qualquer razão para que Portugal temesse um entendimento entre a Alemanha e o Império Britânico à custa das suas colónias. Não vale talvez a pena sublinhar, excepto a título de inventário, que a possibilidade nunca fora real e que precisamente as propostas da Inglaterra à Alemanha o tinham demonstrado *antes* da guerra. Mas, mesmo supondo que a Alemanha aceitaria trocar o domínio do continente europeu por Angola e Moçambique, supondo que isso a compensaria da perda da Alsácia e da Lorena, da destruição do Império Austro-Húngaro, da restituição da Bélgica flamenga e da renúncia às suas ambições no Médio Oriente, supondo o absurdo e admitindo nos políticos *democráticos* uma absurda ignorância do mundo em que viviam, nem assim se justificava a participação portuguesa na frente ocidental. De facto, ela só seria susceptível de reforçar as posições já adquiridas se pesasse significativamente na balança militar, eventualidade que estava, como é óbvio, fora de questão. Se o não estivesse, aliás, os próprios Ingleses a teriam pedido. O exercício da «heróica marcha para a Flandres» destinou-se, portanto, ao exclusivo consumo interno e não serviu interesse nacional identificável. Como simples assunto interno se deve, conseqüentemente, tratar.

Declarada a guerra, o PRP aproveitou logo o pretexto para tentar realizar uma velha ambição política doméstica, ou seja, para promover a unidade de todos os republicanos sob a chefia dos *democráticos*. Com grande altruísmo, Afonso Costa declarou que as circunstâncias exigiam um governo ecuménico, reflexo imaculado e perfeito da pátria em perigo. Esta generosidade não incluía, evidentemente, os monárquicos, enquanto grupo político, embora, em princípio, se não excluísse um ou outro trânsfuga obsequioso, porque os monárquicos que continuavam a desejar a Monarquia não pertenciam, em rigor, à nação. Aos republicanos, no entanto, e talvez até a um *socialista* simbólico, simbolicamente encarregado de representar os trabalhadores, concedia-se o privilégio de se associarem à aventura, na dependência

de um parlamento *democrático*, de um presidente que era uma criatura dos *democráticos* e de uma administração que os *democráticos* comandavam. Assim, à capa da guerra, se reuniria «a família republicana», sob o poder paternal de Afonso Costa. Melhor ainda: se o país resistisse, como se calculava, a ir morrer sem razão bastante, o seu ódio seria irramente partilhado e ajudaria a esquecer querelas antigas, em nome da sobrevivência comum.

Numa palavra, em Portugal a *União Sagrada* não se faria, como em França, contra a Alemanha, um inimigo remoto e quase inconcebível. Faria-se a favor da República *democrática* contra o país conservador. Não significava o fim temporário das facções, significava o triunfo definitivo de uma facção. O plano parecia perfeito. Mas, na prática, não resultou. Os *unionistas* de Camacho recusaram-se a colaborar e nem promessas nem ameaças (de morte) os conseguiram comover. Também Machado Santos ficou de fora, coisa que, para seu mal, não preocupou os *democráticos*. Quando parte dos republicanos moderados se punha à margem, a entrada de monárquicos, mesmo *independentes*, era embaraçosa e, na falta de uns e outros, nulo o valor simbólico de um solitário *socialista*. Tudo visto e considerado, a *União Sagrada* acabou por se reduzir à aliança do PRP com os *evolucionistas*.

A 15 de Março de 1916 formou-se um ministério, presidido por António José de Almeida, em que os *evolucionistas* tinham quatro lugares (Colónias, Justiça, Instrução e Fomento), os *democráticos* cinco (Finanças, Estrangeiros, Guerra, Marinha e Trabalho) e o Interior ficou entregue, pela forma, a um neutro, cujo papel consistia em obedecer à gente que o PRP metera nas secretarias, nas câmaras, nas administrações de concelho e nos governos civis. O anúncio deste arranjo provocou a António José de Almeida as ignomínias oratórias do hábito. Aparentemente, homens que «ainda sentiam o sangue alvoroçado pela recordação» das suas «pugnas» não hesitavam agora «em se unir, estendendo-se as mãos». Assim, ele estendera a mão ao «eminente republicano e patriota» Afonso Costa, a quem dias antes chamava déspota, tirano, ladrão e magarefe. A «alma da Pátria Portuguesa», que, segundo António José de Almeida, tivera uma «notável repercussão» no Congresso, sancionava este conúbio torpe.

Torpe e estúpido, porque os *evolucionistas* davam tudo e não recebiam nada. Os *democráticos* guardavam para si os ministérios donde se conduzia a guerra e o país e fingiam largar o Interior, com tanta mais segurança quanto não haveria eleições tão cedo. António José de Almeida, aceitando pessoalmente as Colónias, tomava a responsabilidade de uma situação militar catastrófica e da bancarrota financeira de Angola e Moçambique. A Instrução e o Fomento precisavam de dinheiro, que não havia. Na Justiça os *evolucionistas* iam, na essência, executar a Lei de Separação e, por muito complacentes que fossem, tinham de agir dentro de limites demasiado estreitos. A *União Sagrada* não lhes trazia qualquer poder real e distribuía por eles o odioso da guerra. Candidatavam-se à fama e desistiam do proveito.

À primeira vista, não se compreende por que é que os *evolucionistas* consentiram numa aliança necessariamente destinada a destruí-los, como, de

facto, os veio a destruir. Se existia um partido com o qual os autoproclamados representantes do país conservador não se podiam juntar sem se traírem era o PRP. Se alguma coisa valiam em Portugal, valiam pelo seu manifesto ódio aos *democráticos*. A *União Sagrada*, tornando-os cúmplices da política mais radical do radicalismo, desacreditava-os em definitivo perante a maioria dos portugueses, que execravam os *democráticos* e não desejavam a guerra. Era a prova final da duplicidade de que sempre tinham sido suspeitos. O *pedreiro-livre*, *carbonário* e poeta da bomba, António José de Almeida, nunca fora muito persuasivo no papel de campeão das tradições e pilar da hierarquia social. Constantemente se descaía em coisas medonhas, como quando disse que se devia obrigar os monárquicos da primeira incursão a beber aguarrás. Mas faltava uma prova irrecusável e dramática. A sua associação à política intervencionista de Afonso Costa «desmascarou-o». Literalmente. Jamais voltaria a merecer a confiança de ninguém, ou sequer o benefício da dúvida. E, no entanto, o «idolatrado tribuno» da *propaganda* limitava-se a seguir a sua constante natureza, sem sombra de hipocrisia ou de oportunismo. O PRP tinha transformado a causa da guerra na causa da República. E, a partir do momento em que o partido republicano por excelência pedia ao país e à Europa que julgassem a República pela sua capacidade de pôr tropas na Flandres, o seu fracasso era o fracasso da República. No seu próprio interesse, António José de Almeida não podia ficar de fora, embora ficar de fora fosse claramente o seu interesse.

Afonso Costa não tinha este angustiante problema. O problema dele estava só na circunstância despicienda de que nem os Portugueses, em geral, nem os militares, em especial, queriam a guerra. Tratava-se, portanto, de os coagir, tarefa em que sempre brilhavam a experiência e o zelo dos *democráticos*. Poderá pensar-se que os perigos da empresa excediam o razoável. Mas não se deve ignorar que a violência era o modo de vida habitual do PRP e que o fim da operação consistia em conseguir a paz interna através da guerra externa. Como Chagas notava finamente em Paris, quem se atreveria a levantar a mão contra uma República vitoriosa?

O exército, como atrás se disse, resignado a uma pequena presença em África, não queria a intervenção na Flandres. A propaganda belicista tentou mais tarde atribuir esta atitude à mera cobardia da oficialidade. «Heróicos» deputados e jornalistas do PRP, para não falar em médicos e merceiros, voluntariavam com adequado alarido para o que se denominava sentimentalmente a lama das trincheiras, onde, de resto, raros chegaram. Em contraste, os oficiais, cuja vocação consistia em morrer pela Pátria, se não pela República, recusavam-se a marchar ou marchavam contrariamente para França. A alegação de cobardia não tem sentido. Em matéria militar, os bravos civis *democráticos* eram irresponsáveis e portavam-se como os irresponsáveis que eram. Os militares sabiam que o exército português não estava preparado, ou podia ser preparado em tempo útil, para uma campanha na Europa. Não se tratava apenas da falta de armamento moderno. Com as libras que se extorquissem à Inglaterra não havia dificuldade em com-

prar as armas necessárias. Mas nem com libras se compravam tradições, experiência, disciplina e organização. Disperso pela província, educado na rotina de caserna, servido por uma oficialidade mal paga, burocratizada e muitas vezes ignorante, o exército não passava de um sucedâneo da polícia, sobretudo desde que fora afastada a *élite* monárquica e *africanista*. Excepto no *5 de Outubro* e no *14 de Maio*, em 1916, de tenentes a generais, quase ninguém estivera sob fogo.

Além disso, a República estabelecera o caos nas fileiras e desmoralizara a oficialidade. A espionagem política das *carbonárias* de sargentos e soldados, o poder oculto da *Jovem Turquia* e as purgas litúrgicas a cada golpe monárquico tinham empurrado os oficiais para um ódio surdo, mas feroz, à República, que serviam por medo e miséria. Nem que a presença portuguesa no teatro europeu fosse uma necessidade indiscutível e óbvia, aceitariam de boa mente marchar às ordens de um governo *democrático*.

Acontece que o não era. E, se o não era para os oficiais, em regra alfabetos e alcoviteiros da política, era-o infinitamente menos para os camponeses e trabalhadores rurais, cujo horizonte se reduzia às fronteiras da sua paróquia. A três passos de Lisboa ninguém via qualquer diferença entre as colónias e o degredo, se por acaso ouvira falar em colónias, e seguramente ninguém sabia da simples existência da França e da Alemanha antes de 1916. Mais tarde, as boas almas *democráticas* atribuíram à proverbial perversidade dos padres e dos *talassas* as lendas que se espalharam sobre as razões da guerra. Dizia-se, por exemplo, que Afonso Costa era uma encarnação moderna de Satanás e que os Ingleses lhe davam uma libra por cada soldado. Pouco a pouco, surgiram outras versões desta tese. Chagas também recebia libras. O governo e o Parlamento recebiam libras. Os fornecedores do exército e os açambarcadores pagavam libras aos políticos e roubavam, por sua vez, o povo nos preços absurdos que lhe pediam. Mas, por mais voltas e reviravoltas, a história acabava invariavelmente nas libras, único móbil racional para uma aventura, na aparência, sem sentido. Comentadores de espírito chamaram depois ao CEP (o Corpo Expedicionário Português) *Carneiros Exportados de Portugal*. Exportados para o matadouro, evidentemente, pelos *empresários da guerra*, nome terrível e revelador com que foram baptizados todos os intervencionistas e que não tardaria a entrar na linguagem política oficial.

Quando no fim de 1917 o desastre se aproximava, alguns dirigentes *democráticos* e companheiros de caminho, que não estavam ainda completamente cegos, queixaram-se de que o governo não «explicara» a guerra ao país. O que faltava, como de costume, era boa propaganda. O resto não deixava nada a desejar. Isto presumia, é claro, que a guerra da Flandres podia ser explicada. Mas não podia, porque a sua verdadeira razão, a necessidade de consolidar a República *Democrática*, embora notória nos círculos informados, tinha de se esconder aos Portugueses e, sobretudo, aos combatentes. Confessá-la seria puro suicídio. Não a confessar, porém, limitava os inter-

vencionistas a argumentos sofisticados e ridículos. Significativamente, João Chagas, um dos mais fervorosos partidários da expedição europeia, não dá, no seu diário íntimo, onde não precisava de mentir, um único motivo para a beligerância activa, excepto a conveniência de engrandecer Portugal e a República, sendo que Portugal e a República eram para ele sinónimos. Num pequeno episódio iluminante do *Diário*, Chagas, o embaixador da República, recebe o antigo presidente do conselho da Monarquia, Wenceslau de Lima, que lhe vem pedir patrocínio oficial para um negócio «patriótico». Sem a guerra, comenta Chagas deliciado, ele não estaria ali. Os milhares de mortos da Flandres, as centenas de mortos das lutas civis portuguesas, os seus próprios padecimentos e martírios, parecem-lhe de repente mais do que justificados: Wenceslau de Lima, áulico e *marechal* regenerador, requerendo audiência ao revolucionário Chagas! Que infável triunfo!

Mas, desgraçadamente, estas alegrias não bastavam ao país. Jaime Cortesão tentou apresentar algumas razões de substância sob a forma tradicional da *Cartilha do Povo*, ou seja, de um diálogo edificante entre o José Povinho e o seu filho João Portugal. O resultado foi uma catastrófica exibição de hipocrisia, fanatismo e caracterizada estupidez. Segundo Cortesão, a guerra era necessária por seis motivos. Porque os Alemães planeavam suprimir ou escravizar as pequenas nações. Porque tencionavam bloquear os portos portugueses e matar o povo à fome. Porque a Inglaterra tencionava deixar os Alemães matar o povo à fome, se Portugal não entrasse na guerra. Porque, se os Portugueses fossem para a Flandres, não haveria guerra em Portugal. Porque, se os Portugueses defendessem as colónias, ficavam com grande «importância» no mundo.

Esta amostra, que não exagera nem deforma senão por defeito, revelava mais do que a crónica desonestidade da seita: exibia de um modo particularmente patético a sua impotência. De 1916 a 1918, em nenhum momento o país percebeu ou aceitou a intervenção na frente europeia. Portugal em peso sentiu até ao fim que se levavam os soldados para a frente *como carneiros para o matadouro*, pelo interesse privado de uma facção ou, pior ainda, pelo interesse pessoal dos indivíduos que a dirigiam. Aqueles que marcharam para França e a gente que assistiu indignada e inerte à sua partida nunca deram sombra de acordo ou sequer de passivo consentimento ao exercício. Todos se consideraram vítimas de uma inaudita violência. Ao contrário do que esperavam, ao conduzir Portugal à guerra, os *democráticos* não só não adquiriram o respeito dos Portugueses, mas levantaram contra eles um ódio cuja intensidade só Sidónio descobriria aos seus olhos estupefactos.

Nem os oficiais, nem os soldados, queriam combater. O exército, como instituição, não estava preparado. Apesar disso, em menos de um ano os primeiros contingentes embarcavam para Brest. O autor da façanha, a que a hagiografia jacobina deu o nome suspeito de «milagre de Tancos», foi o major do *14 de Maio*, promovido a coronel e ministro da Guerra, Norton de Matos. Grosso e medíocre, mas com talentos de organizador e homem

de negócios, Norton fizera uma carreira de secretaria em Angola e na Índia e tinha as mais ténues ideias sobre o que devia ser um exército de combate. Improvisou tropas, comandos e armamento e, após algumas revistas cerimoniais, mandou tudo para França, sem se preocupar excessivamente com as condições de vida e de luta do Corpo Expedicionário, que criara como pura peça de propaganda. Seis meses depois, muito antes da revolução *sidonista*, faltavam reforços para render com suficiente frequência as tropas de primeira linha, não havia material do mais elementar, os soldados comiam o rancho inglês, que abominavam, a desordem era absoluta e o CEP inteiro adoptara como hino uma canção edificante denominada *Fado do Cavanço*. Em Setembro de 1917 as coisas tinham chegado a tal ponto que os deputados *democráticos* em serviço na frente faziam reuniões com o objectivo de virem a Lisboa apresentar um protesto colectivo ao Parlamento.

Caótica que foi, ou por causa disso mesmo, a organização do CEP produziu, no entanto, um efeito inesperado: enfraqueceu o domínio dos *democráticos* sobre o exército, principalmente sobre a parte que estava em Portugal. A mobilização dispersou as *carbonárias* de sargentos e soldados. Os oficiais da *Jovem Turquia* deram o nobre exemplo de voluntariar para as trincheiras. Uns e outros perderam o contacto com os grupos terroristas civis, que habitualmente infestavam os quartéis, e estes, por sua vez, ficaram sem ligações de confiança entre os militares. Acresce que a guerra exigia o fortalecimento da hierarquia formal do exército. Se para derrotar Couceiro e prevenir presuntivos pronunciamentos convinha que os zelosos sargentos do PRP espiassem e denunciassem os seus coronéis e que toda a oficialidade tremesse perante os comissários políticos, visíveis e invisíveis, encarregados de defender a revolução, o sistema podia ser fatal a um exército em campanha. Com a bênção do governo e do PRP, os oficiais recuperaram, assim, em larga medida, a sua antiga força. O governo e o PRP não viram nisto inconveniente de maior, persuadidos de que os militares lhes agradeciam a oportunidade de se «cobrir de glória na Flandres». Afonso Costa supunha mesmo que da guerra regressaria um exército republicano vitorioso, bem armado e devolvido à dignidade que sempre reclamara durante a Monarquia. Não há sinais de que os dirigentes *democráticos* hajam percebido que, em França, os oficiais portugueses sentiam sobretudo a fraqueza, a desordem e a penúria do CEP. Assistiram, por isso, com indiferença ao restabelecimento da autoridade dos conservadores, e até dos monárquicos, no exército no exacto momento em que o país recomeçava a esperar deles a salvação.

Isto é tanto mais notável quanto os sintomas da fragilidade crescente da ditadura *democrática* lhes deviam ter aconselhado outra cautela. Em 13 de Dezembro de 1916 Machado Santos insurreccionou-se em Tomar e, depois de alguns gestos frívolos de provocação, acabou por se render em Abrantes a um general conspirador que o traíra. Mais uma vez tinha perdido. Mas ficou patente a sua enorme rede de cumplicidades militares e também a excepcional simpatia que inspirou a toda a gente. No conselho de ministros de 5 de Maio de 1917 o próprio Afonso Costa reconheceu os perigos de o demitir

da marinha e vários ministros expressamente afirmaram a popularidade do homem que, dois anos antes, o «povo» de Lisboa desejava assassinar a bem da República. Pior ainda do que a revolta do «herói da Rotunda» foi, sem dúvida, a deserção de António José de Almeida. Em Abril de 1917, a pretexto de uma querela menor (instigada à revelia de Afonso Costa por deputados do PRP), o Partido Evolucionista saiu do governo, deixando os *democráticos* isolados. Como de costume, António José de Almeida fez as coisas por metade. Por um lado, tentou fugir ao ódio virulento do país pelos *empresários da guerra* e proteger-se do desastre que as pessoas sensatas sabiam próximo. Por outro, como «bom republicano», não se dissociou completamente da empresa, que já de facto se confundia com a República. Prometeu apoio parlamentar a Afonso Costa e anunciou que, embora sob outra forma, a *União Sagrada* permanecia. Permitira, primeiro, que a intervenção europeia não fosse uma simples causa *democrática*. Agora, que ela estava perto de falhar, enfraquecia-a decisivamente, sem decisivamente a rejeitar. As desesperadas oscilações da moderação republicana reflectiam, como sempre, a sua inviabilidade essencial.

Afonso Costa recompôs o gabinete e decidiu continuar sozinho. Muitos *democráticos* perceberam o tremendo risco dessa solidão. A presença de António José de Almeida à frente do governo nada legitimava, mas, pelo menos, oferecia alguma cobertura. António José de Almeida era desprezado. Afonso Costa intensamente execrado. Símbolo da vacuidade e das contradições republicanas, António José de Almeida gozava de um certo favor que o sentimento nacional concedia ao campeão das amnistias e à vítima dos *carbonários*: tonto, retórico, pobre, regularmente sovado nas ruas, não ameaçava ninguém, ainda que fosse, em toda a sua pessoa, o emblema da tristeza dos tempos. Pelo contrário, Portugal inteiro via em Afonso Costa a alma danada da República, o puro perseguidor, o pai e mandante dos terroristas, a encarnação da violência e da intolerância, o representante da plebe corrupta que invadira o Estado e tiranizava a nação. Com Afonso Costa não haveria contemplanções. O ódio dos católicos, dos conservadores, dos monárquicos, dos republicanos moderados, dos socialistas, dos anarquistas e dos anarco-sindicalistas podia livremente fluir, sem limites ou necessidade de justificação.

Convocando um vestígio de lucidez, duas dezenas de deputados *democráticos* reuniram o grupo parlamentar para coagir Afonso Costa a fazer um governo «nacional», isto é, em que estivessem representadas «as correntes partidárias e as classes produtoras». Desejava-se, nomeadamente, um ministro «operário» e outro católico, «dos que se afirmavam neutros em matéria política». Jaime Cortesão contou a cena. Afonso Costa ouviu os deputados rebeldes, com a «boca cerrada» e a «viseira sombria». Depois, «lento, calmo, arrogante», com o seu «esplêndido poder dialéctico», a sua «danosa prática do foro» e a sua «educação de esgrimista», ignorou os argumentos substantivos que tinham sido invocados e pôs a questão de confiança, «despedindo» sobre os seus críticos «o raio fulminatório». Eles eram «descrentes, indisciplinares, a doença do partido». Exigiam-lhe uma «confissão pública

de incapacidade». Desejavam a sua «desautorização suprema» como responsável da guerra. Isto bastou. Com a coragem moral típica dos políticos portugueses, os recalitrantes (que, segundo constou depois, planeavam ir até à deposição do governo e do próprio Afonso Costa) esqueceram imediatamente e as suas perniciosas opiniões e, «humílimos», pagaram-lhe «tributo de apoio e aplauso». Levando a desvergonha à sabujice, o inspirador da intriga, Ramada Curto, concluiu dizendo que o conflito tivera, pelo menos, o mérito de mostrar de novo e de «maneira irrefragável» a «superioridade» de Afonso Costa.

Esta vitória introduziu definitivamente Sidónio em cena. Mas não é fácil ver que alternativa se oferecia a Afonso Costa. O que os deputados queriam era, na verdade, calamitoso. Meter pelos cabelos um *ersatz* de «operário» no governo e, pior ainda, um católico, admitindo, apesar da Lei de Separação, a existência política do catolicismo, significava, pura e simplesmente, confessar o desespero e o fracasso. Um «representante das classes produtoras» não substituíra a UON (União Operária Nacional), nem um católico a Igreja. Ambos seriam tomados pelo que, de facto, eram: um patético recurso e o sinal seguro do que precisamente se pretendia que escondessem, a fragilidade do poder e a hostilidade à guerra dos trabalhadores e da Igreja. Restava recorrer às outras «correntes partidárias» ou a republicanos *independentes*. A crise, porém, fora provocada pelo abandono dos *evolucionistas*. Camacho começava a lucrar com a sua oposição à campanha europeia, Machado Santos estava preso em Fontelo e os chamados *independentes* não valiam nada. Numa palavra, o PRP não podia arranjar aliados e, nessas condições, era melhor não fingir que os tinha.

Afonso Costa não se enganava ao recusar paliativos. Em persistir no erro talvez estivesse a única salvação. A revolta dos deputados, no entanto, descobria um novo género de perturbações. O descontentamento que viera à tona com uma causa respeitável (a necessidade de um governo «nacional») assentava em queixas de outra natureza. Os próprios *democráticos* acusavam Afonso Costa de exercer uma «tirania grosseira e vexatória» sobre o país, o partido e «até sobre o grupo parlamentar». Ao que parece, ouvia apenas um círculo de amigos íntimos e apenas por ele distribuía os seus favores oficiais e outros. Este círculo juntava gente dúbia, como o seu irmão Artur, o seu cunhado José Abreu, o seu sócio de escritório Germano Martins, dois procuradores do dito escritório, um jornalista do *Mundo* e um tal Tudela, cuja profissão não se conhece. E também, na periferia, alguns ministros sem prestígio pessoal ou político, entre os quais Alexandre Braga, um batoteiro notório, e Ernesto Vilhena, que viera directamente do *franquismo* para os *democráticos*.

O grupo, pelo menos pouco saboroso, acabara por ter uma existência pública e por se tornar conhecido sob o nome de «casa civil». Segundo corria, a «casa civil» estava encarregada de espiar o partido, especialmente os deputados, e com ela Afonso Costa tomava todas as decisões importantes. Os órgãos formais do poder — o conselho de ministros, o grupo parlamen-

tar e o directório do PRP — não eram ouvidos, recebiam ordens. Há provas de que não levavam a bem estes modos autoritários do «grande caudilho». Contou mais tarde o insuspeito Alexandre Braga que «muitos dos mais categorizados» dirigentes do partido não perdiam uma oportunidade de criticar Afonso Costa nos «lugares de conversa e de intriga política», nos «cafés» e «nas ruas». Acusou mesmo alguns deles de terem feito cair o governo de *União Sagrada*, durante uma viagem de Afonso Costa a França, para lhe imporem um governo de facção que o cercasse e dominasse.

As histórias da «casa civil», da sua influência oculta, dos negócios ilegais que patrocinava, das suas ligações aos subterrâneos da política e aos grupos terroristas, talvez sejam, em parte, mitológicas. Sucede que eram dadas por verdadeiras no próprio PRP. Quando a direcção do partido não deixou que Afonso Costa voltasse a Portugal em 1919, foi certamente por causa do ódio que o país lhe tinha. Mas foi também porque os notáveis *democráticos* desaprovavam os seus métodos, achavam a «casa civil» corrupta e prepotente e, como o resto dos portugueses, detestavam o «tirano». Mesmo no tempo terrível do exílio e da obscuridade não se sente em ninguém sombra de afecto pela criatura. Como António Maria da Silva declarou a Alexandre Braga em Maio de 1918, no apogeu do *sidonismo*, Portugal e o Partido Republicano viviam melhor sem ele.

2. O «POVO REPUBLICANO»

No Verão de 1917 o governo da guerra e da República estava absolutamente isolado: da nação, do exército, do partido que o devia sustentar e até do seu fiel «povo republicano». Apesar da vitória emblemática e vã do orçamento de 1913, que supostamente manifestara ao mundo o seu génio de estadista, Afonso Costa não se atreveu a seguir o mesmo caminho em 1916. Por um lado, não havia em Portugal dinheiro que pagasse a guerra. Por outro, era suicida acrescentar à impopularidade da intervenção a impopularidade de um crescente peso fiscal. Nem sequer, como lhe pediam os radicais do PRP, se atreveu a decretar um imposto simbólico sobre os lucros de guerra, supondo com isso aliciar a benevolência das «forças vivas». Financiou, portanto, o défice pela única maneira como o podia financiar, ou seja, imprimindo moeda. A inflação que logo se desencadeou foi devastadora, tanto mais que as importações e o produto interno baixaram drasticamente. Os preços agrícolas fixados pelo governo duplicaram entre 1914 e 1917 e os preços a retalho de um conjunto de bens de primeira necessidade, também fixados, subiram 60%. Mas, pior do que os preços, eram a falta de abastecimentos e o desemprego. Portugal importava cerca de metade do trigo que consumia e uma parte, embora pequena, do milho. Em 1913, por exemplo, tinham-se importado 174 000 t de trigo; em 1914, 148 000 t; em 1915, 131 000 t e, em 1916, 184 000 t. A produção média nacional andava pelas 260 000 t. A guerra, no entanto, fez diminuir a produção nacional, redu-

zindo a quase 20% a quantidade de adubos químicos que normalmente vinha do estrangeiro e aumentando 300% a 400% as exportações dos adubos químicos portugueses. Em 1917 Portugal importou apenas 12 000 t de adubos químicos (142 000 t em 1911) e exportou 33 000 t (1600 t em 1911). A colheita de trigo não passou, assim, de 189 000 t e a de milho, que entre 1902 e 1903 andava perto das 500 000 t, foi pouco mais de 250 000 t. Acresce que de fora só chegaram 55 000 t de trigo e 17 000 t de milho.

Como por toda a Europa em guerra, a vida tornou-se literalmente insuportável. O pão, base da dieta da esmagadora maioria dos portugueses, era duas vezes e meia mais caro do que em 1914, a preços de tabela, que de facto não se praticavam, e de qualquer maneira começava a desaparecer. No princípio de Maio as padarias de Lisboa estavam na iminência de fechar. O ministro do Trabalho, Lima Basto, sugeriu que se permitisse «a mistura de farinha de aveia e outras» à farinha de trigo para ir aguentando as coisas. Não por lei, é evidente. À socapa, deixando que a fiscalização não fosse tão «rigorosa». Afonso Costa gostou da ideia. Pensava, de resto, que «em Lisboa se comia muito pão e que era absolutamente indispensável restringir o consumo por meios indirectos», vendendo o pão «endurecido», usando «farinha de fava e aveia» e o que mais se inventasse.

Esta democrática sensibilidade do «grande caudilho» às irritantes idiosincrasias do seu bem amado povo não evitou a explosão. A 13 de Maio algumas padarias fecharam mesmo e, como os pobres desconfiassem de que elas estavam a guardar o pão para os ricos, começaram os assaltos. Entre 13 e 20 de Maio foram assaltadas 186 padarias e também mercearias, armazéns de géneros alimentares, tabernas, restaurantes, lojas de panos e de roupas, sapatarias e chapelarias. A violência alastrou do centro da cidade aos bairros periféricos (Xabregas, Beato, Poço do Bispo) e mesmo aos arredores (Carcavelos, Oeiras, Arruda, Figueiró dos Vinhos, Caramujo, Póvoa de Santa Iria, Sacavém, Alhandra, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro, Seixal). Em certas zonas de Lisboa, azeite e vinho escorriam pelas ruas cobertas de destroços: bocados de madeira, vidros, garrafas, caixotes, bolachas, batatas, arroz, grão, feijão e açúcar. «Andava-se a custo», segundo um repórter da *Capital*. A *Vanguarda* descrevia assim o espectáculo: «O povo, sobretudo composto de mulheres e crianças, transportava às costas e à cabeça bilhas de azeite, latas de conserva e salmoura, sacos e cestos; um enorme formigueiro humano circulava a pé e em carros, agitando lenços e dando outras manifestações da mais viva alegria.»

Quando, a 19, a polícia e a GNR tentaram pela primeira vez intervir nas festividades, os assaltantes responderam a tiro e à bomba. Prudentemente, as forças da ordem retiraram-se das áreas perigosas, concentrando-se nas esquadras e nos quartéis. Muitos lojistas inconformados viram-se, por isso, na necessidade de defender eles próprios os seus haveres. Houve «cercos em forma», «com violento tiroteio». A 20 o governo declarou o estado de sítio e entregou a cidade ao comando militar. Logo um edital do chefe da 1.ª Divisão, Pereira d'Eça, proibiu os ajuntamentos, a circulação de pessoas e veí-

culos e a paragem de veículos na via pública. Chamaram-se à cautela tropas de Santarém e de Estremoz, presumivelmente mais disciplinadas do que a guarnição de Lisboa, e pôs-se nas ruas o Corpo de Marinheiros. Mas não pararam as cenas de tiros e a explosão de bombas, com incidentes graves em Belém, em Santos, no Loreto, na rua de Santa Marta, na rua das Trinas e na rua da Senhora do Monte. Uma espécie de comício na Rotunda degenerou em confronto com a GNR, em que morreram homens e cavalos. Ao fim da tarde, entre os Restauradores e o Terreiro do Paço, unidades do exército e da GNR travaram uma verdadeira batalha campal com o povo em fúria. Os dois lados tiveram mortos e feridos. Durante a noite continuaram os assaltos e as escaramuças. De manhã, em Xabregas, no Beato e no Poço do Bispo, a multidão, ajudada pela Guarda Fiscal, repeliu a polícia e a GNR ao tiro e à pedrada, cercou e desarmou um batalhão da GNR e só se submeteu perante centenas de homens de Infantaria 2 e 16 e baterias de artilharia ligeira.

A 22 a ordem tinha sido restabelecida. No Parlamento, com a sua usual desvergonha política, Afonso Costa atribuiu a responsabilidade do que se passara aos trabalhadores da construção civil e aos *sindicalistas*. Embora murmurando pelos corredores, nenhum deputado *democrático* se atreveu a contradizer o chefe. Para comprovar a tese do governo, a GNR invadiu a sede da UON e prendeu dez dirigentes das associações operárias. Uma delegação dos «centros» e dos «grupos civis de defensores da República», ou seja, dos terroristas do PRP, percorreu a cidade de automóvel, distribuindo um manifesto em que se chamava aos assaltantes «monárquicos, germanófilos e traidores», se afirmava que a «pilhagem e a destruição» não resolviam a «aflictiva crise» dos abastecimentos e se apelava ao «nobre e heróico povo republicano de Lisboa». Aqui e ali o «nobre e heróico povo republicano de Lisboa» recebeu a tiro os «defensores da República».

Os tumultos de Maio de 1917 provocaram 38 mortos e 117 feridos. A polícia e a GNR fizeram 547 prisões. Se descontarmos as crianças (5), é, portanto, conhecida a identidade de 697 pessoas directamente envolvidas nos acontecimentos. Dessas 697, tirando os militares, os polícias e a GNR, sabe-se a ocupação de 130 (18,6%), uma razoável amostra. Entre os homens havia 22 trabalhadores ocasionais, 18 pedreiros, 6 carpinteiros, 6 marítimos, 6 sapateiros, 4 pintores, 4 estucadores, 4 canteiros, 3 metalúrgicos, 3 motoristas, 3 serralheiros, 3 caldeireiros, 3 condutores de eléctrico, 2 vendedores ambulantes, 2 marceneiros, 2 enfermeiros, 2 porteiros, 2 brochantes, 2 padeiros, 2 serradores, 2 criados (não domésticos), 1 oleiro, 1 corticeiro, 1 trabalhador da CML, 1 calceteiro, 1 descarregador, 1 fiandeiro, 1 electricista, 1 operário fabril, 1 maleiro, 1 ourives, 1 fundidor, 1 tipógrafo, 1 barbeiro e 1 carroceiro. E entre as mulheres havia 2 tecedeiras, 2 costureiras, 1 vendedeira e 1 criada (não doméstica). Ao lado desta gente das profissões manuais e dos serviços mais ínfimos estavam igualmente 5 caixeiros, 4 empregados de escritório, 2 mestres-de-obras, 1 comerciante e 1 advogado, vítima de um tiro perdido.

O antigo «povo republicano» do 5 de Outubro e do Partido Democrático desintegrara-se em parcelas inimigas. Os homens das profissões liberais não apareceram nas ruas, excepto no seu papel de responsáveis pela ordem. Os funcionários públicos também não. Os omnipresentes lojistas da *propaganda* e do terror apareceram: eram eles os donos das 186 lojas assaltadas, que resistiram a tiro aos seus velhos companheiros e cúmplices e de cujo bolso saíram 1500 contos de presumíveis prejuízos. O «povo» dos assaltantes resumia-se aos trabalhadores e aos empregados mais pobres, a quem o PRP deixara de servir de protecção. Da aliança social em que se fundara o PRP e o poder de Afonso Costa já nada restava na Primavera desse ano terrível de 1917. Como dizia um monárquico, aliás céptico, nem já os republicanos gostavam da República.

Os «trabalhadores conscientes» das associações de classe não eram republicanos desde, pelo menos, 1912. Mas cinco anos mais tarde a hostilidade transformara-se na disposição de apoiar tudo e todos, quaisquer que fossem os riscos e as consequências, contra a ditadura de Afonso Costa. Em primeiro lugar, se o custo de vida subira na generalidade do país, subira muito mais nas cidades, principalmente em Lisboa, no Porto e em certas áreas do concelho de Setúbal. A isto veio juntar-se uma crise industrial e, com ela, o desemprego. A indústria portuguesa dependia pesadamente do estrangeiro para combustíveis e matérias-primas. A guerra, diminuindo drasticamente as importações, diminuiu também a produção e vários sectores estiveram em risco de paralisar ou paralisaram mesmo. O relatório de 1917 da AIP era um anúncio de impotência e catástrofe. Sem carvão, coque metalúrgico, ferro, aço e folha-de-flandres, as coisas não tardariam a parar. Até as reservas de algodão (que, em parte, vinha de Angola) não passavam do indispensável para «manter as fábricas em laboração, podendo esta ser interrompida a qualquer momento». O relatório não exagerava. Em 1917 Portugal importou um quinto do carvão vegetal, do carvão de coque, do ferro em bruto e do aço laminado que tinha importado em 1914, um quarto da antracite, da ulha e da lenhite e metade dos óleos pesados. As carências afectavam, antes de mais, a metalurgia. Mas todas as indústrias eram atingidas pela falta de combustíveis e algumas sofriam com a falta de matérias-primas, que, embora secundárias, não se podiam substituir: as conservas, por exemplo, precisavam tanto de folha-de-flandres como de peixe. Não admira que, no meio da escassez, fábricas e oficinas fechassem umas atrás das outras ou que limitassem o tempo de trabalho a alguns dias por semana.

De 1915 em diante o desemprego cresceu com rapidez. Em 1917 a situação tornou-se terrível. Apesar disso, as estatísticas do Estado não mostram uma descida dos salários reais. Pelo contrário, mostram uma ligeira subida. Acontece, no entanto, que o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios, que as fez e publicou anos depois, comparava os salários da mão-de-obra sindicalizada com os preços oficiais. Ora, a mão-de-obra sindicalizada não passava de uma fracção ridícula da mão-de-obra total e os preços oficiais eram uma sombra dos preços em vigor no baixo mundo das realidades. Segura-

mente que a vida da maioria dos trabalhadores piorou dramaticamente com a guerra, como proclamavam os jornais operários, a UON e até o Partido Socialista.

A violência das lutas sindicais a partir do Verão de 1917 confirma que as coisas não andavam nada bem. A 14 de Julho, dois meses depois dos assaltos, explodiu uma greve da construção civil, de carácter quase insurreccional. Durante três dias os grevistas resistiram à polícia e à GNR a tiro e à bomba. Houve centenas de prisões e o governo acabou por ocupar militarmente a sede da federação dos sindicatos do ramo. A 3 de Setembro declarou-se uma greve dos correios e telégrafos em todo o país. Aqui Afonso Costa e Norton de Matos, beliscados no seu espírito bélico, resolveram considerar o facto crime de lesa-pátria e restabelecer os direitos da ordem. O governo mobilizou os grevistas, colocando-os assim, em tempo de guerra, sob a alçada do Código de Justiça Militar. Milhares de grevistas foram conduzidos aos quartéis, onde lhes raparam o cabelo à escovinha e os puseram a marcar passo oito horas por dia. Centenas mais foram presos e, desses, cerca de mil metidos nos porões de transportes de guerra. Entretanto, Norton de Matos tentava fazer funcionar os correios e os telégrafos com pessoal do exército. Como seria de prever, criou-se imediatamente o caos. Acumularam-se milhares de cartas e de encomendas postais. As linhas telegráficas serviram para tudo menos para o que deviam. Em Lisboa, no Porto, em Coimbra, no Alentejo, as habituais cenas de tiros e de bombas produziram os mortos e os feridos da regra. A intransigência do governo e a excepcionalidade das medidas tomadas inquietaram o movimento sindical, que, temendo o precedente, se esforçou por reagir. Em Lisboa, no Porto, em Setúbal e um pouco pela província explodiram dezenas de greves de solidariedade. Em Lisboa os trabalhadores da Carris e os condutores de caleches paralisaram os transportes: o comércio fechou. Só ao fim de quinze dias e 15 000 contos se conseguiu voltar a uma precária paz. O *Portugal, órgão democrático*, comentava: «O país precisa, de vez em quando, de sossego para respirar.» E afligia-se: «Não há calamidade, violência, nem privação, que nos últimos tempos não tenha desabado sobre Lisboa.» Como «bom» republicano, o *Portugal* esquecia-se de que Lisboa não era o país.

3. FÁTIMA

Ao país inteiro parecia que a hora do apocalipse tinha chegado e a ninguém mais do que aos católicos. Sob o pretexto de que a Igreja insistia em manter comunidades religiosas (no caso, de freiras), seis bispos foram expulsos das suas dioceses só em 1917: em Fevereiro, os bispos de Portalegre e Bragança; em Julho, o do Porto; em Agosto, o cardeal-patriarca de Lisboa; em Dezembro, os arcebispos de Braga e de Évora. Sem a revolução *sidonista* todos os bispos haveriam sido eventualmente desterrados, porque a representação que dera origem ao desterro dos dois últimos, os de Braga e Évora, estava assinada por todos.

A guerra e o exacerbamento da ditadura *democrática* intensificaram também, como não podia deixar de ser, as perseguições ao clero menor. A Lei de Separação oferecia oportunidade a infinitos tormentos. O poder civil, frequentemente *democrático*, ou pelo menos sob a intimidação dos *democráticos*, proibia ou autorizava a seu arbítrio as manifestações exteriores da Igreja. À medida que os desastres se acumulavam, os padres e os católicos iam pagando o desespero dos «bons republicanos». Eles eram os culpados por excelência e as vítimas predestinadas de tudo o que corresse mal, e quase tudo corria mal aos putativos obreiros do engrandecimento pátrio. Os Portugueses não gostavam da guerra? Influência e perfídia dos padres, mancomunados com os *talassas*. O povo revoltava-se nas cidades, porque não tinha pão, e na província, porque lhe requisitavam os cereais? Manobras do clericalismo. Os preços subiam? Intrigas dos jesuítas. Portugal parecia não estimar o Dr. Afonso Costa de acordo com os seus muitos méritos? Monomania religiosa. As represálias vinham a seguir: padres presos por tocarem sinos; procissões interrompidas porque o bispo se atrevera a pôr vestes talaras; igrejas fechadas porque abriam a porta a mulheres e crianças durante o dia, ou porque o pároco local dissera missa por um «conspirador», ou porque oficiais de uniforme haviam ajudado à missa (papel delicadamente descrito como «trazer os panos»), ou porque o sacristão expendera na mercearia da aldeia «opiniões defectistas e germanófilas». Sobre isto, a cada incidente, a imprensa local e nacional convocava o seu velho repertório de insultos e torpezas: o padre concupiscente que «cevava os instintos» nas virgens e nas mulheres casadas, o padre homossexual, o padre comilão, o padre ladrão, as beatas *talassas*, as crianças envenenadas pelo «fanatismo», os aldeões que temiam a Deus, e por aí fora na mesma veia.

Em Agosto os bispos reagiram, atacando brutalmente a República e, por sua vez, conferindo autoridade às mais infames acusações que lhe faziam: «Vexados, perseguidos, punidos e, como complemento, caluniados, eis a sorte dos católicos neste país! A República Portuguesa é que se cobre de glória com tais actos de força, quando deixa impunes, segundo a voz corrente, malversões, peculatos, crimes gravíssimos de toda a espécie; quando lhe falta energia para pôr cobro à desorganização dos serviços, à ganância dos especuladores, à ambição dos incompetentes, à desordem social, quase anarquia declarada, que vai campeando e crescendo dia a dia.» Esta pastoral já não era, nem procurava ser, um documento de orientação religiosa dos fiéis. Perante a óbvia fraqueza do Partido Democrático e, ao mesmo tempo, a sua intolerável violência, a Igreja tomava, sem vacilar, a cabeça da oposição política. Os republicanos moderados estavam desfeitos e, aparentemente, resignados. O movimento monárquico oficial tinha recebido ordem de Londres para se abster enquanto a guerra durasse. A Igreja católica ocupou o vazio.

Cem anos antes, em 1822, a causa realista fora reanimada por um milagre. A Virgem aparecera a duas pastorinhas em Carnide para lhes dizer que Portugal sobreviveria à impiedade maçónica. Sob o patrocínio de D. Car-

lota Joaquina, grandes peregrinações se fizeram aos locais sagrados, em que Deus garantira a dízima, os bens dos conventos e a perenidade das classes dominantes. Povo e nobreza associaram-se nessa devoção, destinada a exorcizar «a pestilenta cáfila dos pedreiros» e a promover o ódio às Cortes, onde eles «campeavam». Quando a insurreição armada começou uns meses depois, trazia já consigo uma sobrenatural legitimidade.

Em 1915 e 1916 os pastorinhos, Lúcia de Jesus Santos, de 8 anos, e os irmãos, Jacinta e Francisco, de 7 e 5 anos, viram oito vezes, em vários sítios da freguesia de Fátima, um anjo, que declarou ser o anjo de Portugal. Ao princípio, o anjo não era muito nítido e não dizia nada. Pouco a pouco, porém, foi-se definindo e explicando. De acordo com a ortodoxia, estas visitas prepararam os acontecimentos de mais consequência que se seguiram. Entre Maio e Outubro de 1917 a Virgem apareceu quatro vezes a Lúcia, Jacinta e Francisco (agora, respectivamente com 10, 9 e 7 anos), sempre no dia 13, sempre à mesma hora e sempre na Cova da Iria, excepto em Agosto, por razões que adiante se dirão. As relações das crianças com a Virgem variavam: Lúcia via, ouvia e falava; Jacinta via e ouvia, mas não falava; Francisco via, sem ouvir nem falar. Lúcia e Jacinta receberam a chamada mensagem, série de trivialidades evangélicas, com apenas duas alusões à realidade, ambas sobre assuntos correntes. Alegadamente, a Virgem comunicou que a Segunda Guerra Mundial seria «horrível», uma ideia muito compreensível, quando a primeira mostrava diariamente o seu horror, e preveniu também que a Rússia revolucionária se preparava para subverter o mundo, coisa que os jornais de Lisboa publicavam na primeira página, dia sim, dia não, desde Fevereiro. As *profecias*, evidentemente corrigidas por quem de direito, resumiam as preocupações e a angústia do conservadorismo português da época. Embora, sem dúvida, além da capacidade das crianças miraculadas (uma das quais, Francisco, em substância passiva, e a outra, Jacinta, uma testemunha assaz suspeita), reflectiam perfeitamente as opiniões e os sentimentos do padre médio, esmagado pelo triunfo terreno do mal, tremendo com a perspectiva de novas catástrofes e sonhando com a eventual conversão dos pecadores. Que Deus partilhasse as aflições dos inimigos da República era uma coisa insusceptível de espantar o clero português em 1917.

As aparições da Virgem foram precedidas e acompanhadas pelo que um perito descreve como «singularidades astronómicas e atmosféricas». Destas singularidades, a mais famosa consistiu no «milagre do Sol». Lúcia pedira à Virgem que fizesse um milagre, «para todos acreditarem que Vossemecê apareceu». A Virgem não só anuiu, mas marcou data, hora e lugar. Na altura própria, e perante 100 000 pessoas, o Sol «dançou», tendo alguns dos presentes visto de facto o Sol dançar e outros achado que o Sol não dançara.

À primeira aparição não assistiu ninguém. À segunda assistiram 60 vizinhos curiosos. Para a terceira, no entanto, já vieram 5000 peregrinos e, para a última, como se sabe, 100 000. Não se conhece o mecanismo pelo qual se passou de 60 a 100 000 pessoas, ainda que nele esteja o verdadeiro segredo de Fátima. A simples publicidade dos jornais não bastava com certeza nesse

agitado ano de 1917. A guerra, os assaltos, as greves, os tiros e as bombas, se predispunham o espírito para uma intervenção divina, também o distraíam. Sucede que, por acaso ou desígnio, os milagres de Fátima foram muito bem organizados. A repetição periódica das aparições e a pontualidade da Virgem permitiram que, de mês em mês, ao longo de seis meses, o caso se fosse tornando conhecido e a expectativa aumentasse. Para os 100 000 espectadores de Outubro não se tratava já de crer, ou não, que houvera milagres, mas de verificar se havia (e, naturalmente, bom número deles ficou convencido). Acresce que em Agosto as autoridades republicanas, com a exaltada estupidez do seu programático ateísmo, deram à campanha uma ajuda decisiva. Para a aparição de 13 de Agosto tinham vindo 5000 pessoas dos concelhos limítrofes. O administrador do concelho de Vila Nova de Ourém resolveu pôr ponto final às manobras dos «inimigos da Pátria e da República». A Virgem andava desde Junho a prometer «acabar com a guerra», se os Portugueses deixassem de «ofender Nosso Senhor». Em 1917 isto era um convite mais do que explícito à liquidação dos *democráticos* e o sr. Oliveira Santos, sendo representante do governo, teve a ideia notável de prender as criancinhas, a fim de impedir apelos subversivos e provar que em Portugal o Onnipotente obedecia às autoridades. A Virgem tencionava aparecer aos pastores na Cova da Iria a uma hora certa de 13 de Agosto? Muito bem: a essa hora os pastorinhos estariam na administração do concelho e a Virgem, se quisesse, que aparecesse às ervas. Não é difícil imaginar o contentamento de um espírito forte com tão subtil estratagemas. Infelizmente, a Virgem foi apenas obrigada a esperar uns dias e a mudar de sítio e, a 19, em Valinhos, continuou a série das suas provocações à República, com a redobrada popularidade da perseguição.

Não vale a pena medir a parte espontânea e a parte simulada dos milagres. O pároco local garantiu a ocorrência de «factos extraordinários» e falou imediatamente em «obra de Deus». A partir de Junho, ou seja, da segunda manifestação da Virgem, os três pastores passaram a ser rodeados por dezenas de padres, de cuja vigilância nunca mais saíram em vida. O clero local e, depois, de todo o país colaborou activamente nas primeiras peregrinações, que, pela própria natureza das coisas, eram simultaneamente um protesto contra a guerra e contra a República. Ao começo, a hierarquia manteve uma distância prudente, como se costuma dizer. O que significa que, ajudando e permitindo, só se comprometeu quando a reputação de Fátima estava estabelecida e o seu valor como símbolo político confirmado. Produto do ano mais difícil para a Igreja portuguesa moderna, Fátima foi o fenómeno de um tempo em que «o Inimigo triunfava» e o «Leão rugia».

4. A CONTRA-REVOLUÇÃO

O leão rugia, mas estava exausto. Como costuma suceder nas ditaduras, a fraqueza do poder não era visível. O PRP criara o vácuo, destruindo todas as alternativas ao seu domínio. Quem podia substituir Afonso Costa em 1917,

se nem os monárquicos, nem os republicanos moderados tinham força para o mais preliminar gesto de oposição? Quanto maior era o ódio aos *democráticos*, maior era igualmente o desespero. O salvador, se ele existisse, teria de cair do céu, como a Virgem em Fátima.

É verdade que um antigo *dissidente progressista*, Egas Moniz, fundara com alguns dissidentes *evolucionistas*, adversários da *União Sagrada*, um novo partido, dito do *centro*, destinado a acolher todos os portugueses, viessem eles donde viessem. Mas quem, excepto antigos *dissidentes progressistas* e novos dissidentes *evolucionistas*, acreditava ainda nesses exercícios de tirar a bissetriz entre radicais e moderados, a Monarquia e a República? A esmagadora maioria do país não se apercebeu sequer de que mais um bando se candidatava a governá-la.

Também os *unionistas* de Camacho tinham recentemente mudado de linguagem, intimando os *democráticos* a partilhar com eles a República ou a sofrer as consequências da recusa. Ou aceitavam dar ao Presidente o direito de dissolução e passar a parceiros de um *rotativismo* republicano, ou Camacho marcharia para a revolução. «Dissolução ou revolução», voltavam a proclamar, como em 1913, os editoriais da *Luta*, embora houvesse qualquer coisa de essencialmente incrível na ideia de um *unionismo* revolucionário. Camacho e José Barbosa (o principal proponente desta estratégia) não pensavam, é claro, numa revolução, mas num pronunciamento militar, como o de 1915, que haviam ajudado a promover e a pôr na rua. O partido tinha alguns generais e uma dúzia de coronéis. Estes vultos diziam a Camacho que para derubar Afonso Costa só era preciso um «sinal político», ou seja, que Afonso Costa caísse primeiro no Parlamento, por tumulto ou divisão dos *democráticos*. O exército estava disposto a tomar o poder, se houvesse um vácuo de poder, e Camacho preparado para governar, se o exército lhe pedisse. Foi na base deste pacífico entendimento que se formou a tradicional comissão conspiratória, que se destinava a discutir a partilha do futuro regime e não, evidentemente, a conspirar.

Um dos membros desta comissão era Sidónio Pais, antigo embaixador português em Berlim, que o estado de guerra devolvera às intrigas republicanas. Sidónio Pais, major de artilharia reformado e assistente de Matemática da Universidade de Coimbra, fora um republicano tardio, daqueles que, a partir de 1906, viram na queda da Monarquia um meio de escapar às vidas de obscuridade e subordinação a que se achavam injustamente condenados. Depois do 5 de Outubro fizera uma carreira confortável, senão brilhante: ministro do Fomento de João Chagas, ministro das Finanças de Duarte Leite e, a seguir, em 1913, embaixador em Berlim. Como ele, existiam na República duas ou três dezenas de esperanças falhadas ou, pelo menos, adiadas: gente de meia idade, meio sucesso, pouco futuro.

Ao contrário da comissão conspiratória, Sidónio queria mesmo conspirar e, quando constatou que os generais e as notabilidades do partido descobriam sempre insuperáveis inconvenientes e loucos riscos em qualquer possível pronunciamento, resolveu agir sozinho. Das altas patentes voltou-se para as bai-

xas. Em vez de generais, aliciou tenentes; em vez de coronéis, alferes; em vez de capitães, sargentos. Recorreu também sem escrúpulos ao submundo da Lisboa revolucionária, isto é, às quadrilhas rivais das quadrilhas democráticas, que desde o 14 de Maio sonhavam com uma retumbante desforra. Eram tropas pouco compatíveis com um golpe conservador: combatentes do 5 de Outubro, membros da *Carbonária* original, anarquistas, anarco-sindicalistas, velhos agentes do *franquismo* e até polícias demitidos pela República, um estranho caldo, que só partilhava com Camacho o ódio aos *democráticos* e entre si só tinha em comum o amor metodológico ao cacete, ao tiro e à bomba.

De acordo com os extravagantes costumes da época, o centro dos «trabalhos» revolucionários foi, desde o princípio, a redacção da *Luta*. Enquanto os dirigentes respeitáveis do partido jogavam o *bridge* nas salas da frente, nas salas de trás preparava-se a fragorosa queda da *demagogia*. Camacho pôde, assim, assistir à chegada da gente que vinha substituir os generais do *unionismo* e, fatalmente, o que viu lançou-o numa terrível angústia. Nunca fizera parte dos seus planos que Sidónio organizasse, sob o patrocínio da cordata União Republicana, um levantamento plebeu, subversivo da hierarquia militar. Chamou Sidónio e pediu-lhe que desistisse. Sidónio recusou. Foi mais solene e escreveu-lhe que desistisse. Sidónio recusou. Quando, finalmente, a revolução «saiu para a rua», na tarde de 5 de Dezembro de 1917, os revolucionários iam sozinhos, isto é, sem ligações a qualquer dos grandes partidos republicanos e mesmo contra a vontade expressa do Partido Unionista. A sua liberdade política era total, o que nos meses seguintes seria decisivo para o curso que as coisas tomaram.

Apenas Machado Santos, preso em Fontelo, se comprometera a ajudá-los, insubordinando algumas unidades locais, com o propósito optimista de marchar sobre Lisboa. Mas Machado Santos não podia, obviamente, entrar em Lisboa se antes Sidónio não tivesse ganho. O seu apoio, de algum valor simbólico, na prática não contava. O 5 de Dezembro tentou repetir, e repetiu, o 5 de Outubro. As tropas sublevadas (Infantaria 33, forças de Artilharia 1, de Cavalaria 7 e de Infantaria 5 e 16) entrincheiraram-se no parque Eduardo VII e esperaram que o governo as cercasse e prendesse. Como em 1910, o governo não foi capaz desta manobra simples. Enquanto os rebeldes se limitavam a defender as suas posições no parque, a autoridade estabelecida entrou espontaneamente em colapso pelo país fora. Quando já nada restava em pé, Sidónio, como Machado Santos, desceu da Rotunda e instalou-se no poder e no Avenida Palace.

Queixaram-se mais tarde os *democráticos* de que o verdadeiro exército, fiel e republicano, se batia entretanto em África e na Flandres. A alegação possui a eminente vantagem de ser inconfirmável. Mas tudo o que se sabe do estado de espírito do CEP e dos militares de África sugere que eles, se estivessem em Portugal, teriam corrido para o parque Eduardo VII. Certo é que, tirando, como sempre, o Corpo de Marinheiros, as tropas do governo exibiram escasso entusiasmo pela defesa dos *democráticos* e, em vários casos, se deixaram vencer e desarmar sem resistência. Mais importante ainda do

que a atitude dos militares foi a atitude do «povo». Nos dias de luta, do «bom povo democrático», pilar da República e salvação da Pátria, apareceram apenas duas ou três centenas de indivíduos e até esses não se mostraram muito desejosos de arriscar a pele. Álvaro Poppe, comandante de um pelotão da coluna que atacou o parque, disse a João Chagas que pelo caminho não tinha encontrado ninguém. Todas as portas estavam fechadas e, a partir da rua da Prata, a coluna ficou debaixo do fogo de civis *sidonistas*, que atiravam das janelas e dos telhados. O «povo republicano de outrora», como Chagas escrevia desconsoladamente, não saiu de casa. Ou saiu: saiu quando percebeu que a impotência do governo e a desorganização dos rebeldes punham a cidade à sua mercê. Mas não veio defender a República: veio saquear mercearias e armazéns de géneros alimentares, roubar roupas e combustíveis. Precisava mais de bacalhau, batatas e carvão, de calças e sapatos do que dos *democráticos* e da guerra.

Em contrapartida, o «povo reaccionário» demonstrou vigorosamente a sua existência, de que os jornais *democráticos* continuavam a duvidar com grande jovialidade, apesar das desilusões do passado. Milhares de civis se apresentaram para combater no parque. Milhares mais guarneceram as janelas e telhados das ruas e cruzamentos estratégicos. Os acessos da Rotunda foram guardados por grupos de «artilharia civil», ou seja, por bombistas. Na Avenida da Liberdade, um destes grupos, repetindo a façanha da *Carbonária* de 1910, destroçou a cavalaria do governo. Das três colunas que Norton de Matos mandou contra Sidónio, o «povo reaccionário» destruiu uma e desviou outra. Quem operava agora em terreno hostil eram os *democráticos*. Lisboa odiava-os. Os revoltosos sofreram uma única ofensiva séria, pelo Rato e pela rua S. Filipe Nery, essencialmente conduzida por marinheiros e destacamentos da Guarda Fiscal, que, sozinhos e sem esperança, combateram com tenacidade. Mas Sidónio sobreviveu e o governo, sem mais recursos, apresentou a sua demissão ao Presidente por intermédio de Norton de Matos.

Essa demissão, para que Afonso Costa, ausente no Porto, não fora consultado, assentava num equívoco. Norton e Bernardino supunham, na sua inocência, que o levantamento era uma empresa do Partido Unionista. Sidónio passava ainda por um instrumento de Camacho e tanto *A Luta* como José Barbosa há meses que ameaçavam os *democráticos* com a revolução se não lhes dessem a dissolução. Por incrível que parecesse, a revolução *unionista* acabara mesmo por vir e vencer. O Presidente e o PRP julgaram, por conseguinte, que a podiam neutralizar ou, no mínimo, domesticar com a dissolução. «O que é que eles querem?», perguntava Afonso Costa a Bernardino. «Se é a dissolução, nós aprovamos... Diga-lhes isso... Convença esses homens!». Estivesse Camacho, de facto, por detrás daqueles homens e, muito provavelmente, aceitaria negociar a República com os *democráticos*. Mas não estava. Estava metido na cama, com um revólver debaixo da almofada, cheio de medo de que os *democráticos* ganhassem e o resolvessem matar. Quanto aos homens do parque, queriam tudo menos negociar com o que eles chamavam, com nojo, raiva e desprezo, a *demagogia*. Nem face aos 200

mortos e 500 feridos dos dias 6 e 7 o governo e o Presidente se aperceberam da gravidade da situação. Não tardariam a ser esclarecidos.

A 8 Afonso Costa foi preso no Porto, com Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros. Horas antes tinha comentado: «Prender-me? Não se atrevem!» Atreveram-se e, em Lisboa, atreveram-se também a saquear a casa dele e as de Norton de Matos e Leote do Rego, episódios edificantes que inauguraram doze meses de terrorismo *branco*. Entretanto, Bernardino recebia uma embaixada de Sidónio, constituída por dois capitães e um tenente, que, em si própria, era um insulto e uma declaração de guerra. Bernardino supunha que estes insólitos emissários lhe vinham pedir um governo *unionista*, coisa que ele se preparava para lhes oferecer, com algumas frases maviosas sobre a tragédia das lutas fratricidas e muita repugnância fingida. O papel que lhe entregaram deve tê-lo deixado estupefacto. Em seis linhas peremptórias e secas, Sidónio declarava a Junta Revolucionária «depositária única da soberania nacional» e aconselhava Bernardino a «livremente resignar o seu mandato». Bernardino pretendeu telefonar de uma sala ao lado. Os emissários de Sidónio não o deixaram sair e exigiram-lhe uma resposta imediata. Sem se desconcertar, o velho farçante sentou-se e escreveu uma carta, pondo a Junta rebelde perante a questão essencial. Por ele, não se demitiria. Tencionava a Junta, demitindo-o à força, «abolir a Constituição da República»?

Bernardino não chegara à política na véspera. Como ele muito bem percebia, a sua atitude punha Sidónio num impossível aperto. Ou Sidónio aceitava a legitimidade republicana do 5 de Outubro, aceitando a Constituição (e com ela Bernardino), ou era necessariamente obrigado a criar uma legitimidade nova contra a esmagadora maioria dos republicanos. Sidónio não hesitou. A 10, Bernardino foi preso. A 11, desterrado. E, a 15, metido num comboio para França. Não haveria contemplanções. Aquilo a que se chamaria mais tarde a República Velha estava morta.

V. NOTA SOBRE A BIBLIOGRAFIA

Qualquer ensaio histórico deve exibir um razoável domínio das fontes e da bibliografia académica. A enumeração dos milhares de documentos e de estudos em que este particular ensaio se funda seria pesada, sem ser esclarecedora. Sempre que possível, no próprio texto se atribuíram as citações mais importantes e, sempre que necessário, se discutiu a informação duvidosa.

Convém, no entanto, esclarecer que me fundei essencialmente na imprensa contemporânea, nos registos do Congresso, nas actas do conselho de ministros dos governos de Afonso Costa publicadas por A. H. de Oliveira Marques, em memórias, em diários íntimos e em correspondências privadas. Mas devo acrescentar que, depois de vinte e cinco anos de investigação intermitente, nada me ensinou tanto sobre a República como a leitura e releitura da imprensa. A natureza do regime fazia com que ele fosse obrigado a viver clamorosamente e sem segredos.